



# Anais da Assembleia

N.º 102

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 23 DE AGOSTO DE 1977

ANO III

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 153ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 1977

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias e secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Renato Bernardi.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielise Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglío, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — (**Jurandir Messias**) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (**Jurandir Messias**) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO 1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 159/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 358/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Pitanga, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — APROVADO.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE — (**Jurandir Messias**) Para uma Questão de Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (**Jurandir Messias**) Atendendo o requerimento do ilustre Deputado, solicito aos Srs. Deputados que tomem seus devidos assentos para que possamos colocar em votação o projeto.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (**Jurandir Messias**) Atenderemos o re-

querimento do Deputado Valter Pietrângelo, e posteriormente, o do Deputado Gilberto Carvalho.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se. — 26 Srs. Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. — 3 Srs. Deputados rejeitam. — APROVADO em 1a. VOTAÇÃO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 24, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 159/77.

Levanta-se a Sessão.

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 154ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 1977

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Werner Wanderer.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielise Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglío, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Wilson Fortes e Werner Wanderer (52); achando-se ausentes os Senhores Deputados José Domingos Scarpelini e Gabriel Sampaio (02). Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (**Jurandir Messias**) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

#### EMENDAS:

##### EMENDA AO PROJETO DE LEI NÚMERO 27/77

Inclua-se onde couber, o seguinte artigo:

“Artigo ...:

Os imóveis, objeto da doação aqui previstas e devidamente descritas ficam gravados com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, que constarão da respectiva escritura”.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1977.

(a) ENÉAS FARIA

##### EMENDA AO PROJETO DE LEI NÚMERO 40/77

Inclua-se onde couber, o seguinte artigo ;

“Artigo ...:

O imóvel, objeto de doação aqui estabelecido, fica gravado com as cláusulas de inalienabilidade e

impenhorabilidade, que constarão de respectiva escritura".

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1977.

(a) ENÉAS FARIA

# REQUERIMENTOS:

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, após ouvir o Plenário, requer regime de urgência aos Projetos de Lei números 81/77, 83/77 e 97/77.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1977.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a consagração em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de congratulações pela realização do 8o. Seminário Regional da Magistratura Paranaense, realizado entre 19 a 21 de agosto p.p., na cidade de Paranavaí, o qual contou com a participação de mais de três dezenas de Magistrados de nosso Estado, como também, seja consignado um voto de louvor ao Exmo. Sr. Dr. ERACLES MESSIAS, Juiz de Direito da Comarca de Paranavaí, Coordenador do Seminário, e sua equipe, para cujo êxito do conclave muito contribuíram.

Tal seminário, proporcionou o debate sobre relevantes problemas jurídicos, voltados ao aprimoramento das instituições sócio-políticas de nossa sociedade.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência ao Senhor Diretor do Fórum da Comarca de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1977.

(a) WALDENÍCIO BARBALHO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer que essa Presidência, com a devida aprovação do Plenário, consigne na ata dos trabalhos de hoje, um voto de agradecimento a S. Exa. o Governador Jayme Canet Júnior, e ao Secretário dos Transportes, Dr. Osires Stenghel Guimarães, pela inclusão no Plano Rodoviário entre as Rodovias abastecedoras do Estado do Paraná, a ligação entre Ponta Grossa e o Bairro dos Ingleses, nas proximidades da Estrada do Cerne.

Esta estrada é de vital importância para a região que atravessa, pois dará escoamento fácil a minérios e produção agrícola da mesma.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1977.

(a) DAVID FEDERMANN

## JUSTIFICATIVA ;

Entre os melhoramentos projetados nas rodovias abastecedoras do Estado do Paraná, a Secretaria dos Transportes teve o cuidado de incluir a ligação entre Ponta Grossa e Bairro dos Ingleses, nas proximidades da Estrada do Cerne, numa extensão de aproximadamente 43 quilômetros.

Tem seu início na Rodovia BR 376, entre o parque industrial princesino, passa pelo Campus da Universidade de Ponta Grossa, pelo aeroporto, Fazenda Modelo e no seu trajeto atinge o Distrito de Itaiacoca, região que apesar de seu potencial de minérios e produção agropecuária, considerável e completamente desassistida no setor rodoviário.

Porisso, a inclusão desta estrada no Plano Rodoviário do Governo, causa grande entusiasmo entre os pontagrossenses, principalmente entre os habitantes do Distrito de Itaiacoca, que há muito vem pleiteando este melhoramento.

Destarte, Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero que esta

Casa seja a intérprete do sentimento de gratidão do povo pontagrossense ao Governo do Estado, que em breve concretizará antiga aspiração daquela comunidade.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, se oficie ao Ilmo. Sr. Delegado Regional do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, Dr. Humberto Jusi, solicitando informações sobre a situação jurídica dos oito posseiros do Parque Nacional do Iguaçu, que se recusam a fazer acordo da desocupação da área. E, de maneira especial, dos quatro posseiros não residentes no local, inclusive o Prefeito de Medianeira, o Sr. Luiz Bonatto.

A posse realizada pelos quatro ausentes da área estabelece difícil configuração jurídica, ameaçando turvar os esforços das autoridades no sentido de radicar o problema da ocupação até o final do ano. E então, para medidas de apoio às autoridades, o infra-assinado necessita dessas informações complementares somente ao alcance do IBDF.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1977.

(a) ERNESTO DAL'OGLIO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados Estaduais do Paraná, que subscrevem o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, requerem seja consultado e submetido à decisão do Plenário, o pedido de subscrição formal da Carta aos Brasileiros, de autoria do Professor Godofredo da Silva Teles Filho, por parte da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1977.

(aa) Renato Bernardi, Nilso Sguarezi, Adalberto Daros, Domício Scaramella, Enéas Faria, Edilson Alencar, Lineu Turra, Lúcio Machado, Muggiati Filho, Deni Schwartz, Valter Pietrângelo, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho, Fidelcino Tolentino, Maurício Fruet, Otássio Pereira, Accioly Neto, Osvaldo Macedo, Nelson Buffara e Luiz Alberto de Oliveira.

## JUSTIFICATIVA ;

O impacto causado pela "Carta aos Brasileiros", constituiu-se num daqueles elevados momentos históricos, que a alma e o civismo nacional influíram para os ideais proclamados na Independência, pois antes de acusar, a "Carta aos Brasileiros" é um convite de harmonia nacional, é um chamamento à imperiosa necessidade de restaurar o Estado de Direito, é uma mensagem de entendimento franco entre Povo e Governo, é enfim, redução da consciência jurídica da Nação, antes que haja o amortecimento irreversível.

A subscrição da "Carta aos Brasileiros", não pode ser encarada como até partidária ou mesmo política. A exigência do Estado de Direito é objetivo da Carta, uma imposição da nossa nacionalidade e os elevados princípios democráticos e libertários que formaram esta Nação e continua a motivá-la. Incluir o Poder Legislativo do Paraná no rol do subscritor da "Carta aos Brasileiros", representa pois, ratificar a Federação, que o Paraná e os representantes do povo defendem a DEMOCRACIA, com o ESTADO DE DIREITO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Exmos. Srs. Dr. Jayme Canet Júnior, DD. Governador do Estado e ao Dr. Celso Saboia da Costa, DD. Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná, reivindicando a criação e instalação de uma agência daquela casa de crédito,

para cidade de JANDAIA DO SUL, neste Estado.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1977.

(a) LÁZARO DUMONT

#### JUSTIFICATIVA ;

O presente requerimento, prende-se ao fato do grande desenvolvimento urbano e rural, e a grande transformação por que vem passando aquele município no setor econômico, e, industrial, participando ativamente no desenvolvimento de nosso Estado, e a participação ativa de toda uma população, que a tempos anseia em ter naquela cidade, uma agência do Banco do Estado do Paraná, que muito iria contribuir para um maior desenvolvimento comercial, industrial e rural.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Renato Bernardi, primeiro orador inscrito.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estivemos, ontem, em companhia do Sr. Deputado Paulo Camargo, na Reitoria da Universidade Federal do Paraná, assistindo e participando da instalação do Ciclo de Conferências e Debates sobre População, Recursos Naturais e Meio Ambiente.

Essa é uma promoção feita pela Universidade Federal do Paraná mas, de responsabilidade do Centro de Estudos Geográficos daquela Universidade, no seu setor de Geociências também na coordenação do Citema, Centro Científico e Tecnológico do Meio Ambiente.

É uma tentativa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, feita a nível de Paraná, a nível do setor de pesquisas da nossa Universidade Federal do Paraná, no sentido, principalmente, de tentar quantificar dentro do espaço geográfico e geométrico em que nós nos encontramos, a população que aqui habita, aqui vive e aqui trabalha e os recursos naturais que este espaço oferece a esta população na sua luta diária.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, normalmente, umaterra generosa e fértil como esta que oferecere recursos naturais, de extraordinário valor, nem sempre tem encontrado, por parte do homem que habita sobre este espaço, o cuidado e a consciência de perpetuação e conservação desses recursos, havendo mesmo, em alguns pontos, a observação de que recursos naturais nossos, são dilapidados por uma geração a favor, apenas, de uma geração, comprometendo, seriamente, a sobrevivência e a conservação de uma gama de valores que não cabe, exatamente, a esta geração mas, é uma obrigação que ela assume em tornar este espaço geográfico mais favorável às próximas gerações.

E quando um sistema de exploração desta natureza, quando se procura qualificar o modo de vida do habitante, pela quantidade de bens que ele tem à sua disposição, me parece que foge, também, da consideração desses que fazem esse tipo de exploração que, hoje, muito mais importante do que ter bens à disposição, parece ser a qualidade de vida dos homens que ocupam este espaço geográfico.

Lerei para os Srs. Deputados, o programa que o Centro de Estudos Geográficos e o Centro Científico e Tecnológico do Meio Ambiente da Universidade Federal do Paraná, apresentam aos interessados no assunto:—

Para 23, hoje, às 17,30 horas — DINÂMICA DA POPULAÇÃO — Conferência a cargo do Professor João Lyra Madeira; Às 20,00 horas — POPULAÇÃO ATIVA E SUAS CARACTERÍSTICAS — Professor Luiz Antônio Pinto de Oliveira.

Dia 24, às 17,30 horas — POPULAÇÃO JOVEM E SUAS CARACTERÍSTICAS — Professor José Ottmar Goettert.

Às 20,00 — POPULAÇÃO E RECURSOS NATURAIS — Dr. Wanderbilt Duarte de Barros.

Dia 25, às 17,30 horas — HABITAT — O PROBLEMA DOS ASSENTAMENTOS HUMANOS — Dr. Copérnico de

Arruda Cordeiro.

Às 20,00 horas — SEGURANÇA AMBIENTAL — Professor João José Bigarella.

Dia 26, último dia do Seminário, às 17,00 horas — A GEOGRAFIA RURAL DO PARANÁ — Geógrafo Orlando Valverde.

Às 20,00 horas — O PROBLEMA DOS DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS — Professor Carlos Sanches de Queiroz.

E, a seguir, o encerramento desse Seminário.

Entendemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a importância deste seminário.

Não tanto, talvez pelos subsídios técnicos que possam advir desta série de dez palestras, que é evidente que codificada esta palavra em cinquenta minutos apenas, com abertura posterior de tempo para debate, talvez não se consiga dimensionar em parte o problema que nos diz respeito.

Mas serve a Universidade Federal do Paraná ao Paraná, ao nosso Estado com este exemplo, um parâmetro de balizamento, principalmente para que haja uma motivação e dentro deste espírito de motivação se possibilite a conscientização para a depredação que vem sendo feita dos recursos naturais do Estado do Paraná.

O Paraná que obedeceu a um processo de ocupação de espaço, principalmente no seu Norte do Estado, a começar no final do século passado, quando algumas famílias mineiras entraram no Norte Velho, e, a partir daí fizeram as suas primeiras experiências com as plantações de café.

Mas nós sabemos perfeitamente quando predatório é o café como cultura permanente.

Quanto de erosão tem trazido para o nosso Estado e como efêmera também é a riqueza do café, se ela não tiver junto com a sua exploração econômica a preocupação primeira de se reinvestir os lucros advindos dessa produção no próprio setor.

E, que se obedeam técnicas de conservacionismo, para que não tenhamos mais o desprazer de estar observando áreas consideráveis no nosso Estado, até ontem consideradas e tidas como de grande fertilidade e hoje esgotada a sua capacidade cafeeira ela se transforma em área de pecuarização intensa expulsando o homem que, com o seu trabalho, com seu suor, com seu sacrifício, construiu esta grandeza, fazendo com que centenas de milhares de pessoas não tendo mais o seu modo específico de produção passem a procurar nas médias e grandes cidades um ambiente para esta mão de obra disponível.

E agora que dentro da temática deste Seminário que estuda, população, recursos humanos e meio ambiente, é que nós fazemos a advertência final a esta Casa.

Enquanto a região metropolitana de Curitiba tem uma Coordenadoria própria que procura identificar os seus pontos de estrangulamento, nós observamos no Estado do Paraná uma série de cidades, que polarizam uma área considerável de nosso espaço, que estão em vias aceleradas de metropolização, e entretanto não têm qualquer plano de ocupação de solo, mostrando, denunciando a curto prazo problemas urbanos seríssimos como os casos de Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel e Umuarama.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Srs. Deputados.— (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) — Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, nas galerias desta Casa, do eminente Vereador Ademir José Wilsek, do MDB, de Campo Largo, em companhia do Sr. Deputado Nelson Buffara.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao segundo orador inscrito, Sr. Waldenício Barbalho.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.



Apenas para ler um memorial do qual sou um dos signatários, dirigido a S. Exa. o Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Ariel Ferreira do Amaral.

"Nós, os advogados da Comarca de Paranavaí, abaixo-assinados, tendo conhecimento da doação recebida pelo Poder Judiciário, de área destinada à construção do Forum local, pedimos vênha para expressar nosso pensamento a respeito.

Situa-se o terreno à beira da rodovia que demanda Maringá à altura de acanhado trevo, a que confluem a principal avenida de saída da cidade de inúmeras outras vias públicas local de trânsito pesado, intenso, trepidante, barulhento e poluente.

Na vizinhança estão estabelecimentos de comércio e oficina de caminhões, tratores e automóveis; postos de gasolina; armazéns de depósito; e indústrias, entre as quais a Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Paranavaí, com máquina de beneficiamento de café instalada na divisa do futuro Forum.

É imprópria também a localização por distar excessivamente do centro da cidade e das demais repartições públicas relacionadas aos serviços da Justiça.

Ressaltamos o elevado significado da doação e reconhecemos o alto valor comercial do terreno oferecido, mas suas desvantagens já são grandes, serão acentuadas com o passar dos dias e terminarão por comprometer a valia da obra.

Impõe-se, data vênha, em vista do exposto, o reexame do assunto, para que o Forum venha a ser construído em local compatível.

É a vivência quotidiana com o ambiente forense local que nos dá a experiência desses problemas e nos impõe a obrigação de tomar a liberdade de trazer esta colaboração ao tão meritório empenho de V. Exa. em premiar nossa comunidade, com a construção do novo Forum.

Digne-se V. Exa. aceitar nossos protestos de elevada consideração.

De Paranavaí para Curitiba.

Aos 21 de agosto de 1.977—"

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Este memorial tem 31 assinaturas de advogados.

Não assinaram o memorial apenas o advogado da Prefeitura, em razão das vinculações com S. Exa. o Prefeito Municipal; o advogado do Banco do Brasil, porque lá está recentemente; e outro advogado por ser amigo, amicíssimo mesmo, do Presidente da Seção da Ordem dos Advogados de Paranavaí, que não soube defender os interesses da classe.

Nós estamos fazendo um pedido a S. Exa. o Presidente do Tribunal de Justiça, para que reexamine o assunto e não seja cometido contra a minha cidade, um erro.

E por isso, Srs. Deputados, me dirigi a V. Exa. chamando os Vereadores, porque fui Vereador durante 12 anos consecutivos.

E se motivos tenho para ser Deputado, eu não os teria, se não fosse a minha cidade de Paranavaí.

É por isso que estou disposto a lutar pelos interesses da classe, e muito mais que os interesses da classe, pelos interesses que são sagrados, da nossa comunidade, de Paranavaí.

A localização do Forum local aceito por S. Exa. o Presidente do Tribunal, contraria os interesses não apenas da classe de Paranavaí, mas, sobretudo, os interesses da comunidade paranavaense.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Egon Pudell.

O SR. EGON PUDELL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): "Muitas vezes já ocupamos esta tribuna para enaltecer o trabalho do Governo Jayme Canet Júnior em benefício da nossa região.

Nesta ocasião, estamos aqui para ressaltar mais uma vitória do povo de Toledo num setor de expressiva importância

para a vida: a saúde.

Trata-se da inauguração do Centro de Saúde de Toledo, realizada no final da semana passada, pelo Secretário Arnaldo Busato, da Secretaria de Saúde e do Bem Estar Social.

Não foi a primeira e, cremos, não será a última vez que a nossa região é atendida por essa pasta.

O trabalho desenvolvido por Arnaldo Busato, não só em Toledo como em todo o Estado é hoje de domínio público.

O Centro de Saúde, recém inaugurado, é apenas uma parcela de um trabalho imenso nesse setor, dentro do Governo Jayme Canet Júnior.

Uma pequena parcela, mas que muito representa. Senão vejamos: em seus 300 metros de áreas construídas, o Centro de Saúde de Toledo vai abrigar os diversos serviços médico-sanitários indispensáveis ao bem estar de toda população.

Uma moderna aparelhagem foi adquirida para esse fim.

Para atender ao povo de Toledo, o Centro disporá de um Ambulatório de Tuberculose e Hanseníase; de um Laboratório de Análise Clínicas e Gabinete Odontológico; exercerá um completo serviço de controle de doenças transmissíveis, desenvolvendo também o programa do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, e promovendo a distribuição gratuita de medicamentos da linha CEME — Central de Medicamentos.

Ainda constará de um excelente esquema técnico de imunização, que facilitará a todos, evitando o problemático deslocamento até outros centros, em busca de vacina.

Considerado, enfim, como uma unidade modelo de saúde, o novo Centro de Toledo obedece aos mais modernos preceitos da Medicina, estando, dessa forma, plenamente capacitado a promover o bem estar da coletividade de nossa região.

Substituindo o antigo Posto de Saúde, que já não apresentava mais condições técnicas de atender à população, o Centro vai trazer a auto-suficiência médico-sanitária para o município e arredores.

O Governo Jayme Canet Júnior, através do Secretário Arnaldo Busato, vence mais uma etapa na árdua luta pela saúde do povo.

Uma luta que tem, atualmente, no programa de interiorização dos serviços de saúde e sua principal frente.

Um programa que pretende levar o bem estar social a todos os recantos deste imenso Paraná.

E que representa a imagem do atual governo, voltado unicamente para as necessidades do povo."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, inscrito.

(Pausa) — Estando ausente S. Exa., concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi. (Pausa) — Estando ausente S. Exa., concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont. (Pausa).

Havendo declinado S. Exa., concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há vinte e três anos passados, a nação recebia consternada a notícia da morte do grande estadista brasileiro, o Presidente Getúlio Vargas, que através de quase um quarto de século, serviu ao Brasil, destacando-se no cenário político e administrativo, prestando-lhe, indiscutivelmente, grandes, extraordinários serviços.

A sua ação governamental desenvolveu-se, sobretudo, no sentido dos problemas de ordem social, notadamente no que diz respeito ao amparo aos trabalhadores, mediante leis que hoje se consubstanciam na Consolidação das Leis do Trabalho.

Mas não somente a tão lembrada CLT, verdadeira bíblia do nosso povo trabalhador, mas nossas principais Leis e Códigos, em sua maioria, tiveram origem no governo do Getúlio Vargas.

Na história do Brasil, Getúlio Vargas será um nome



imortal.

A sua vida foi uma constante atividade em torno do seu grande ideal de servir os mais necessitados do amparo do Poder Público.

O homem mais combatido na sua época, o maior dos brasileiros, o homem em torno do qual se travaram as maiores tempestades, foi um estadista e um chefe.

Por vezes, atingiu ao plano imponderável de um quase visionário.

Sonhou com uma ordem de coisas melhor, sonhou com uma sociedade mais justa, e por isso ganhou a simpatia do coração do povo brasileiro.

Sr. Presidente. Com a Revolução de três de outubro de 1930, rompia uma nova alvorada nacional, trazida pelo comando de Getúlio Vargas, dos pampas indômitos do Rio Grande do Sul, através de Santa Catarina e do Paraná, para iniciar uma nova fase da nossa história, à qual todos nós estamos ligados e com ela verificamos que ressurgiu este nosso Brasil.

Com Getúlio Vargas no Governo, levantou-se o gigante adormecido, renovando o panorama político do País, revigorando as fontes de riqueza, retemperando o ânimo do povo brasileiro, criando um direito novo, um direito mais humano, que se incorporou ao nosso patrimônio social, o direito do operário, do trabalhador, que vivia até então esquecido e explorado.

Getúlio Vargas deu-lhe uma defesa, uma dignidade, uma igualdade jurídica, porque até ali, em sua vida laboriosa, o nosso trabalhador só tinha como tribunal a barra das delegacias de polícia.

Getúlio Vargas criou o Ministério do Trabalho, pois trazia consigo a grande preocupação de atender aos interesses dos pequenos, dos humildes, dos oprimidos.

Instituiu uma justiça especial do trabalho. Dignificou a mulher, dando o direito ao voto feminino. Defendeu as nossas riquezas nacionais.

"Getúlio Vargas criou a legislação do trabalho e da previdência social; decretou a lei que trata da estabilidade no emprego, bem como as leis de férias dos comerciários, dos operários industriais, dos estivadores e dos bancários; regulamentou o trabalho de mulheres e de menores; criou as juntas de conciliação e julgamento; criou a indenização por despedida injusta para empregados no comércio e na indústria.

Verificando que o Brasil ia, pouco a pouco, assumindo seu verdadeiro lugar no concerto das nações, a ponto de ser tratado como uma verdadeira potência; verificando o papel destacado que o nosso país assumira na Segunda Guerra Mundial, participando, pela primeira vez na história, de um conflito mundial, em campos de batalha na Europa, através dos nossos pracinhas da FEB, deu asas ao seu espírito criador.

Vimos, então, a criação e uma arma nova, a Aeronáutica, dando-lhe campo e visão autônoma e independente, confiando-a ao ilustre brasileiro Salgado Filho, uma das maiores figuras históricas da sua equipe ministerial.

Incrementou, incentivou os transportes aéreos, que se tornaram o grande instrumento da unidade e da integração nacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Foi Getúlio Vargas que deu início verdadeiramente à nossa Revolução industrial.

Foi ele que mandou planejar e construir a Usina Siderúrgica de Volta Redonda.

Foi ele que criou a nossa siderurgia, fator primordial da nossa independência econômica.

É sabido que o grande industrial paulista Roberto Simonson foi um dos primeiros a compreender a importância da Usina de Volta Redonda, assim se expressando após conhecê-la em visita feita com um grupo de cento e vinte industriais, em 1943:

"A Usina de Volta Redonda que acaba de ser visitada

pelos industriais e engenheiros de São Paulo, surge aos nossos olhos como uma próxima e esplêndida realidade.

O seu projeto foi cuidadosamente estudado sob todos os seus complexos aspectos: econômico, técnico, financeiro e político.

Com Getúlio Vargas no governo da Nação, verificamos este espírito renovador em todos os sentidos da vida pública. Criou-se uma nova mentalidade.

Viveu-se realmente uma nova época, a época getuliana. A carta que escreveu antes de morrer em holocausto à honra à lei e à dignidade, é um documento de alta sensibilidade humana, é um documento que traduz a grande visão do estadista, é um atestado vivo de amor supremo aos trabalhadores brasileiros.

É por isto, Sr. Presidente, que nesta data histórica, o respeito unânime que hoje sentimos, como na posteridade, há de relembrar o seu nome e a sua ação.

Sua vida, sacrificada à causa nacional, cheia de recordações imperecíveis no coração do Brasil, será sempre lembrada pelos humildes trabalhadores e pela unanimidade do povo brasileiro.

Sr. Presidente, estamos falando também em nome do companheiro Domício Scaramella, e pedimos licença, nesta oportunidade, aos Srs. Deputados dos dois partidos, para ler a "Carta Testamento":

"Mais uma vez as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e se desencadeiam sobre mim.

"Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam-me e não me dão o direito de defesa.

Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes.

Sigo o destino que me é imposto.

Depois de décadas de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci.

Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social.

Tive de renunciar.

Voltei ao governo nos braços do povo.

"A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se a dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho.

A lei lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário-mínimo se desencadearam os ódios.

Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás.

Mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma.

A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero.

Não querem que o povo seja independente.

"Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruiu os valores de trabalho.

Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500 por cento ao ano.

Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano.

Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto.

Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder.

"Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportado em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado.

Nada mais vos posso dar a não ser o meu sangue.

Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida.

Escolho este meio de estar sempre ao vosso lado.

Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta de vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação.

Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta.

Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão.

E os que pensam que me derrotaram, respondo com a minha vitória.

Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna.

Mas este povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém.

Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue terá o preço do seu resgate.

"Lutei contra a espoliação do Brasil.

Lutei contra a espoliação do povo.

Tenho lutado de peito aberto.

O ódio, as infâmias, a calúnia, não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida.

Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente, dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História."

Assinado

Getúlio Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O motivo da nossa presença na tribuna no dia de hoje, é justamente para, mais uma vez, trazer a esta Casa um assunto que há muito tempo vem dominando a opinião pública, e que por várias vezes já foi trazido a esta tribuna e encaminhado, principalmente, ao Ministério da Agricultura e à SUNAB.

O assunto refere-se mais uma vez, ao problema da distribuição de quotas aos moinhos de trigo do Estado do Paraná.

Já há alguns anos nós estamos levantando este problema e encaminhando solicitação aos órgãos do Governo Central, solicitando não só a distribuição de quotas aos moinhos no Estado do Paraná, mas também na criação de uma região específica, que seria a 9a. Região tritícola aqui no Estado do Paraná.

Todos nós sabemos que a capacidade, às quotas atualmente distribuídas oficialmente para o Estado do Paraná, alcança uma capacidade de 226.000 toneladas de moagem de trigo, e que o consumo paranaense neste mesmo produto ultrapassa, hoje, a 450.000 toneladas, chegando alguns a afirmar de que, possivelmente a população paranaense consumira 500.000 toneladas de trigo, advindo daí o chamado "passeio do trigo", então o trigo teria que ir para o Estado de São Paulo, ser moído no Estado de São Paulo, e voltar para o Estado do Paraná, em forma de farinha de trigo, para ser consumido.

Depois de muitas reivindicações, a SUNAB no mês de junho resolveu colocar à disposição da indústria moageira paranaense, as chamadas quotas extras, que viriam, em última análise, pelo menos com 1.800 e poucas quotas; estas, viriam a, praticamente, dar condições para que os moinhos registrados — que são em número de 21, viessem, juntamente com o novo moinho que deverá entrar nesta safra, em funcionamento em Ponta Grossa, com uma autorização de 1.017 quotas, com mais 635 a partir de junho, equilibrar moagem e consumo.

Desta forma, fez-se um alarde muito grande através da imprensa, de que, o "passeio do trigo" no Paraná havia termina-

do, que não haveria, ou, que deixaria de existir o chamado "passeio do trigo", porque o trigo, não haveria mais necessidade de ser enviado aos moinhos paulistas e conseqüentemente voltar como farinha de trigo, para ser consumido no Estado do Paraná.

O trabalho que nós realizamos, se aprovado por esta Casa — nós estamos endereçando desta vez não à SUNAB e muito menos ao Sr. Ministro da Agricultura, mas o estamos encaminhando diretamente ao Sr. Presidente da República, General Ernesto Geisel — demonstra, mesmo com as medidas que a SUNAB tomou de aumentar a alguns moinhos ou àqueles moinhos registrados, as quotas extras para moagem de trigo, de que o "passeio do trigo" continuará da mesma forma.

Senão vejamos: os moinhos de trigo estão quase na sua totalidade, pelo menos em capacidade de distribuição de quotas, localizados no Sul do Paraná, mais especificamente aqui em Curitiba, onde somente o Moinho Anaconda, Industrial, Agrícola de Cereais S.A. e o Moinho Santista Indústrias Gerais de Ponta Grossa, só esses dois moinhos, praticamente detêm 70 por cento das cotas para moagem de trigo neste Estado.

Conseqüentemente, num trabalho desenvolvido, nós podemos verificar, região por região, de que o trigo do Paraná, se deixou de ir para São Paulo para ser moído, e regressado ao Paraná, de qualquer jeito ele terá que vir ao Sul do Paraná, para depois voltar ao consumo do interior.

Devido a escassez de tempo, não vamos ler aqui o trabalho completo que realizamos, município por município, de todo o Estado do Paraná, na produção de trigo, mas, só para conhecimento; na região Noroeste, a região de Paranavai, que não tem nenhum moinho de trigo com cotas, há uma previsão, para este ano, de 8.685 toneladas de trigo; a região Sul de Curitiba, onde está centralizada 85 por cento da capacidade moageira do Paraná, a região Sul, 5.861 toneladas somente; a região do Norte Pioneiro, onde não existe nenhum moinho com cotas registradas, 107.098 toneladas; a região Oeste de Umuarama, que também não tem moinho registrado, 50.353 toneladas; a região Sudoeste do Paraná, que compreende aqui como sendo Francisco Beltrão, 38.854 toneladas, que também não tem moinho registrado; a região de Campos Gerais, de Ponta Grossa, onde centraliza, inclusive, hoje, o maior moinho paranaense, que é o que deverá entrar em vigor, 103.200 toneladas; a região Norte, centralizada em Londrina, que só tem um moinho de registrado, 299.060 toneladas; a região Oeste, — e esta eu faço questão de citar as cidades — que centraliza parte da região Oeste, que centraliza os Municípios de Assis Chateaubriand, Guaira, Mal. Cândido Rondon, Palotina, Santa Helena, Terra Roxa, Toledo e Nova Santa Rosa, que tem uma produção tritícola no Estado de 40 por cento de toda a produção de nosso Estado; se juntarmos ainda a região de Ceu Azul, de Matelândia, Cascavel e Guaraniaçu, nós encontramos nessa região Oeste do Estado, 59 por cento de toda produção tritícola do Paraná, onde se encontra somente um moinho de capacidade pequena, registrado na Sunab, e onde encontramos, dentro da região de maior produção de trigo do Estado do Paraná, 8 moinhos com capacidade imediata de moer o trigo e que não estão registrados na Sunab e esta se nega ao seu registro.

A região Centro-Oeste do Paraná, região de Guarapuava, onde tem 2 pequenos moinhos registrados, também uma capacidade de 64.060 toneladas.

A região ainda, continuando, a região Sudoeste do Paraná, centralizada em Pato Branco, mais 10.472 toneladas; também, sem nenhum moinho registrado.

A região Norte, a região de Maringá, com uma produção estimada em 99.787 toneladas, também, sem nenhum moinho registrado e quando, digo, e onde existem alguns moinhos, também, aguardando registro para funcionamento.

Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi, para completar meu raciocínio, eu só queria informar à Casa, o seguinte:—

De que se nós, se a SUNAB não credenciar os moinhos existentes na cidade de Mal. Rondon, de Palotina, de Assis, de Toledo, de Guaira e outras cidades vizinhas, o trigo de qualquer maneira, terá que dar o passeio pelo Estado do Paraná.

Quantos quilômetros existem de Guaira, de Palotina, de Mal. Rondon, de Assis, até o Sul do Paraná para que o trigo venha a ser moído, aqui, no Sul?

Tem que voltar, de transporte, evidentemente, até a região oeste do Paraná que é o maior produtor de trigo do nosso Estado, porque, para ser consumido lá, porque os moinhos daquela região não têm autorização do Ministério da Agricultura, para moer.

Dou o aparte ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

**O Sr. Renato Bernardi** — Agradeço o aparte de V. Exa. e quero, nesta oportunidade, me parabenizar com V. Exa. pelo excelente trabalho que V. Exa. vem fazendo, principalmente, no combate a este famigerado passeio do trigo.

É verdade, Deputado Lázaro Dumont — não adianta mais se oficial à SUNAB, ou se oficial ao Ministério da Agricultura.

É preciso que haja uma tomada de posição mais alta, porque a situação por que passa a triticultura paranaense é de uma verdadeira calamidade pública.

O homem do interior que produz com tantos sacrifícios, enfrentando tantos riscos da meteorologia, não tem, entretanto, recebido, como muito bem ressalta V. Exa. da tribuna, não tem recebido a contra partida das autoridades encarregadas do setor.

E esse passeio do trigo que já se tornou uma chaga na economia do Paraná, é preciso que todos os homens de bem do Paraná, numa posição, eminentemente paranaense, supra-partidária, se unam para que se dê condições a que o agricultor paranaense possa produzir mas, tenha também, a tranquilidade e a certeza de que transformará esta matéria-prima em seu próprio Estado,, principalmente, com essa decantada crise do petróleo que consome algumas dezenas de milhões de litros de combustível, apenas, para fazer com que essa matéria-prima vá da região produtora até à faixa litorânea paranaense, ou até o Parque Moageiro de São Paulo, lá pagando, portanto, a tecnologia do trabalho; lá pagando mão-de-obra e não dando ao Paraná a contra-partida merecedora de seus esforços e de seus sacrifícios.

V. Exa. está de parabéns e pode contar, com toda certeza, com a unanimidade desta Casa, porque neste pronunciamento V. Exa. está representando, dignamente, o pensamento do Estado do Paraná.

Pode contar, portanto conosco nesta luta que não é apenas sua mas, é, cima de tudo, a luta do nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

**O SR. LÁZARO DUMONT**— Eu agradeço, nobre Deputado.

Sr. Presidente, antes da leitura do expediente ao Exmo. Sr. Presidente da República, nós gostaríamos de deixar bem claro, o seguinte:—

Primeiro, nós já temos ouvido de algumas pessoas, de que este Deputado estaria contrário, ou contra a indústria do trigo do Estado do Paraná, ou contra os moinhos de trigo do Estado do Paraná.

Primeiro, não há prejuízo absolutamente nenhum se credenciar aos moinhos ou se der cotas aos demais moinhos do Estado do Paraná, em prejuízo desses que já têm cotas.

Poderão, isto sim, os moinhos sediados no Estado de S. Paulo e mais precisamente na capital paulista serem prejudicados.

Mas para nós não interessa. Eu vivo no Paraná, sou do Paraná e não tenho nada a ver com o Estado de São Paulo.

O que interessa é que realmente o Estado do Paraná possa moer o seu trigo.

Outro aspecto: Nós sabemos que o trigo não é creditado em favor do Governo o ICM, mas somente após a sua industrialização.

Se nós continuarmos mandando o trigo ao vizinho Estado de São Paulo, o trigo "in natura", para ser moído no Estado de São Paulo, nós estamos enchendo e enriquecendo ainda mais os cofres daquele Estado em detrimento do Estado do Paraná que deixa de recolher o ICM do produto industrializado.

Portanto, além do benefício que traria como acentuou bem o Deputado Renato Bernardi, que nos aparteu, de que da economia de combustível que se teria evitando esse transporte inútil, de ir e voltar o trigo, nós poderíamos também industrializar o trigo do Paraná além daquilo que nós consumimos e mandar para outros Estados o trigo industrializado.

Evidentemente nós sabemos que um caminhão transporta 15 toneladas de trigo bruto e que evidentemente, se fôr transformado em farinha terá aí três ou quatro vezes a menos de espaço para transportar, dando duas ou três viagens.

Por outro lado, nós gostaríamos também que ficasse bem claro de que os moinhos hoje que pleiteiam a liberação de cotas como alguns apregoam, inclusive num documento que nós recebemos da própria Secretaria de Indústria e Comércio do Paraná, de que seriam moinhos clandestinos.

E aquela Secretaria ainda nos informou através de um ofício-resposta a esta Casa, de que os moinhos clandestinos são aqueles instalados no Paraná que venderam as suas cotas no passado e que portanto, não teriam condições de receber novas cotas.

Por outro lado, de todos os moinhos instalados hoje no Estado do Paraná, somente dois realmente venderam as cotas no passado.

Os demais, principalmente os que estão instalados na região Oeste do Paraná nenhum deles nunca tiveram cotas.

Consequentemente, nunca podendo vender as suas cotas que não tiveram.

É simplesmente uma questão de justiça, porque estes mesmos moinhos, alguns inclusive instalados em determinadas regiões do Paraná se instalaram, mesmo antes daquela região se transformar em alta produtora de trigo, sendo estes moinhos, alguns deles, precursores da própria lavoura de trigo do Estado do Paraná.

**O Sr. Domício Scaramella** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Lázaro Dumont, é com muito prazer que vamos colaborar com V. Exa., com uma pequena parcela nesse pronunciamento.

Só para lembrar e aproveitando a oportunidade, para prestar uma homenagem nesta data ao saudoso Presidente Juscelino Kubitschek, homem que, quando Presidente da República e eu fui um dos que interferi junto a S. Exa., para que fossem liberadas cotas de trigo para o Paraná.

Quero citar aqui a cidade de Francisco Beltrão, Pato Branco, Guaraniáçu e o Município de São João e outros mais.

Aqueles maus industriais venderam as suas cotas para os moageiros paulistas.

Quero, neste instante colaborar com V. Exa. e lembrar a V. Exa., dizendo que sejam intransferíveis essas cotas, para que maus brasileiros e mais industriais não se aproveitem daquelas cotas para novamente venderem.

E na cidade de Pato Branco e na cidade de Francisco Beltrão, existe lá, o prédio onde estão funcionando esses moinhos.

É só colaborar com V. Exa. e lembrar que já foi vendido cotas do Sudoeste, como Francisco Beltrão, Pato Branco, que eu tenho conhecimento, não trago aqui os dados da cota, porque não estou bem informado quando V. Exa., que está aí, com a produção do trigo, mas que já foi liberado cotas e que se



isso acontecer, de vir novas cotas ao Paraná, que não sejam mais transferidas a outras cidades da Federação.

Era o aparte.

Muito obrigado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Eu é que agradeço nobre Deputado e, antes de dar o aparte ao nobre Deputado Jurandir Messias, queria lembrar o seguinte: o Paraná, na safra 68/69 produziu 17 mil toneladas de trigo.

E hoje, nesta safra de 1977, passa inclusive de acordo com informações prestadas pelo próprio responsável da política de trigo do Banco do Brasil, o Paraná este ano, nesta safra, ultrapassa à produção do R. Grande do Sul, passando consequentemente, a ser o Estado maior produtor no Brasil.

Eu não quero de maneira nenhuma defender porque inclusive, não sei os motivos que levaram a determinadas pessoas, e não é neste aspecto que eu estou advogando aqui os que venderam as suas cotas, mas que, o próprio Ministério da Agricultura, fizesse um estudo isento, para que realmente verificasse se houve ou não má fé, na venda das cotas.

Se fosse constatado que realmente houve intenção, de lucro desonesto como inclusive afirmou o Deputado Domicio Scaramella, de que esses moinhos não fossem novamente entregues a eles, cotas.

Mas aqueles moinhos que estão com dificuldades enormes, enfrentando uma série de problemas, a esses moinhos, pelo menos de imediato, se desse condições de moagem, para que o trigo produzido nas regiões e no interior do Paraná, pudesse ser industrializado e consequentemente, ser vendido mais barato do que nós temos hoje.

É comum, algumas pessoas da região de Toledo, de Assis, nos contar, de que em determinada época do ano, eles têm que adquirir trigo até de contrabando, porque falta o trigo para eles, consumidos naquela região quando se produz quase 50 por cento do trigo paranaense.

Tem o aparte o Deputado Jurandir Messias.

O Sr. Jurandir Messias — Deputado Lázaro Dumont, o que despertou interesse e atenção no vosso pronunciamento, quando V. Exa. diz que o trigo tem sido principalmente nesta Assembléia, um cavalo de batalha.

É comum, nobre Deputado, colegas nossos, ocuparem a tribuna para tecer críticas quando ao passeio do trigo, quanto a outros problemas da própria produção, do confisco, quando V. Exa. iniciou seu pronunciamento, achávamos também que ele seria tão somente para criticar.

Mas, no decorrer do mesmo, podemos observar que V. Exa., Deputado Lázaro Dumont, como um entendedor profundo da agricultura, especificamente, do nosso Estado, traz desta tribuna, uma solução.

É uma solução, que achamos válida.

Porque criticar, Sr. Deputado, é fácil, agora, construir, é difícil.

E V. Exa. neste vosso pronunciamento, com esta sugestão que não deveria, Sr. Deputado, partir de V. Exa. mas sim dos homens dos órgãos responsáveis pela produção de trigo no Estado do Paraná.

Mas é uma causa justa e até humana, que V. Exa. traz a debate.

E é por isso, que pretendemos nos colocar ao seu lado, para que esta causatinha continue.

Não pare tão somente no pronunciamento de V. Exa. e nos requerimentos de V. Exa. que por certo virão.

V. Exa. Deputado Lázaro Dumont, tenha a certeza, mais uma vez provou, a sua dedicação, o seu interesse, pela causa do agricultor e da agricultura do Estado do Paraná.

Por isso V. Exa. tem, deste Deputado, e tenho certeza, desta Assembléia, todo o apoio.

Muito obrigado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência informa ao eminente Deputado Lázaro Dumont, que por determinação do Líder da ARENA, já lhe concedeu os 15 minutos da Liderança para somar aos 17 minutos que V. Exa. dispunha. V. Exa. ainda poderá contar com 8 minutos da Liderança.

O SR. LÁZARO DUMONT — Agradeço a informação do nobre Presidente; e também a deferência do nosso líder, Deputado Luiz Roberto Soares.

E, antes de passarmos à leitura, Sr. Presidente apenas informar o seguinte:— Esse trabalho que nós estamos apresentando, ele traz, evidentemente, que nós ainda estamos, durante a safra do trigo — Os números que aqui estão não são números definitivos.

Poderão estar além ou aquém da realidade.

Mas, temos certeza que as pessoas que colaboraram conosco, na realização desta pesquisa, deste trabalho, tiveram a maior honestidade possível, para que esses números, estivessem o mais próximo da realidade, da atual sagra tritícola do Paraná.

Além de dividirmos município por município; região por região, da produção, estamos levando também, neste trabalho, a relação e a capacidade de moagem de todos os moinhos sem quotas, do Estado do Paraná e também, a relação e a distribuição de quotas aos atuais moinhos registrados no Estado do Paraná, assim como, através da Portaria 135 de junho deste ano, que elevou as quotas destes mesmos moinhos registrados.

Se estamos fazendo isto, é para que, a autoridade que receber este documento, possa realmente fazer uma análise, se assim o entender, e verificar que não estamos, usando aqui a expressão do Deputado Jurandir Messias — simplesmente fazendo do trigo, um cavalo de batalha.

Mas estamos tentando fazer com que a moagem de trigo no Estado do Paraná, seja mais racional.

Para que, evidentemente, se nós diminuirmos o custo de transporte, desse produto, vamos fazer com que chegue a um preço inferior, do que está chegando ao consumidor, o que é e deve ser a grande luta hoje do Governo.

Então, passamos a ler agora, Sr. Presidente, o requerimento, que se esta Casa aprovar, gostaríamos que fosse encaminhado ao Presidente Ernesto Geisel. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o Plenário, requer seja encaminhado apelo ao Exmo. Sr. Presidente da República, Gal. Ernesto Geisel, no sentido de que seja alterado o Decreto Lei No. 210 de 27/2/1967, objetivando possibilitar a distribuição de quotas para moagem de trigo aos moinhos com cilindros, instalados no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1977.

(a) LÁZARO DUMONT.

JUSTIFICATIVAS:

Dentro do espírito do Governo, de contenção de despesas, principalmente no setor rodoviário, com a economia de combustível, a distribuição de novas quotas de trigo aos moinhos no Estado do Paraná, estaria, sem qualquer dúvida, colaborando em muito para esta economia.

Nosso Estado alcançou lugar de destaque no cenário agrícola nacional e tanto isto é verdade que, segundo dados distribuídos pelo BANCO DO BRASIL S.A., esta safra será a maior do País, com aproximadamente dois milhões de toneladas produzidas.

É verdade que através de quotas extras concedidas pela SUNAB, recentemente, o Estado do Paraná teve condições de moer quase que a totalidade de seu consumo interno mas isto, infelizmente, ainda não é suficiente para acabar com o chamado

"passeio do trigo". Como se poderá observar através dos quadros em anexo, os moinhos de trigo instalados em nosso Estado estão localizados na região Sul do Paraná (85 por cento de sua capacidade moageira), distante até 600 quilômetros da região produtora.

A distribuição de novas quotas a moinhos localizados no centro das regiões produtoras, além de fazer justiça aos proprietários, que foram os grandes precursores do trigo nestas regiões, possibilitaria que a região de maior produção agrícola do Estado pudesse ter o seu trigo moído no próprio local de produção. Como se pode observar (quadro em anexo), a região Oeste do Estado do Paraná, responsável por aproximadamente 50 por cento da produção do Estado, tem somente um moinho de trigo devidamente registrado, enquanto acham-se instalados na mesma região, oito moinhos sem quota.

Nessas condições, resta-nos apelar para o elevado espírito de compreensão de V. Exa., no sentido de determinar a viabilidade de estudos para reformulação do Decreto 210 de 27 de fevereiro de 1967, objetivando a distribuição de quotas aos moinhos que ainda não têm, no Estado do Paraná.

O atendimento desta antiga reivindicação dos moinhos sem quotas do Estado do Paraná, como V. Exa., poderá depreender dos quadros em anexo, em nada prejudicará aqueles já registrados do nosso Estado.

### ANÁLISE DA PRODUÇÃO DO TRIGO NO ESTADO DO PARANÁ - SAFRA 1976/1977

#### REGIÃO NOROESTE (Paranavaí):

Município	Produção Total (t):
Paraíso do Norte	1.350
Nova Esperança	324
Tamboara	504
Inajá	720
São Carlos do Ivaí	1.260
Uniflor	1.043
Atalaia	3.484
<b>TOTAL:</b>	<b>8.685</b>

#### REGIÃO SUL (Curitiba):

Município	Produção Total (t):
Quitandinha	84
Rio Negro	21
São João do Triunfo	345
Lapa	1.125
São Mateus do Sul	420
Piên	480
Balsa Nova	1.440
Araucária	696
Bituruna	1.250
<b>TOTAL:</b>	<b>5.861</b>

#### REGIÃO NORTE PIONEIRO (Santo Antônio da Platina):

Município	Produção Total (t):
Leópolis	12.600
Cornélio Procopio	9.020
Santa Amélia	830
Ribeirão do Pinhal	1.020
Cambará	28.324
Bandeirantes	6.720
Barra do Jacaré	2.317
Congoinhas	3.556
Itambaracá	5.880
Santo Antônio da Platina	5.460
Andirá	7.560
Santa Mariana	13.329
Nova Fátima	2.700
Jacarezinho	2.400
Sertaneja	5.382
<b>TOTAL:</b>	<b>107.098</b>

#### REGIÃO OESTE (Umuarama) ;

Município	Produção Total (t):
Alto Piquiri	33.500
Cianorte	1.451
Iporã	1.497
Rondon	759
Mariluz	9.000
Francisco Alves	1.830
São Tomé	633
Japurá	1.517
Indianópolis	166
<b>TOTAL:</b>	<b>50.353</b>

#### REGIÃO SUDOESTE (Francisco Beltrão):

Município	Produção Total (t):
Francisco Beltrão	2.800
Barracão	700
Capanema	1.920
Dois Vizinhos	2.100
Marmeleiro	1.500
Planalto	2.100
Pérola do Oeste	2.100
Realeza	3.592
Renascença	3.870
Salto do Lontra	3.220
Santa Isabel do Oeste	3.150
Santo Antônio do Sudoeste	5.760
Verê	2.100
Salgado Filho	270
Enéas Marques	1.080
Ampere	2.592
<b>TOTAL:</b>	<b>38.854</b>

#### REGIÃO CAMPOS GERAIS (Ponta Grossa)

Município	Produção Total (t):
Arapoti	7.800
Ipiranga	1.040
Telêmaco Borba	320
Teixeira Soares	3.200
Porto Amazonas	1.331
Jaguariaíva	2.640
Tibagi	10.122
Sengés	180
Imbituva	1.200
Piraí do Sul	1.920
Ivaí	1.200
Ortigueira	1.600
Reserva	1.626
Ponta Grossa	57.950
Castro	6.864
Palmeira	4.225
<b>TOTAL:</b>	<b>103.218</b>

#### REGIÃO NORTE (Londrina):

Município	Produção Total (t):
Londrina	3.940
Jaguapitã	4.960
Astorga	4.381
Arapongas	1.660
Sertãoópolis	57.000
Jataizinho	8.581
Ibiporã	3.200
Alvorada do Sul	23.400
Cambé	3.600
Assaí	10.890
Centenário do Sul	988
Jardim Olinda	9.720
Guaraci	360
Bela Vista do Paraíso	2.220

**REGIÃO NORTE (Londrina): (Cont...)**

<b>Município</b>	<b>Produção Total (t):</b>
Miraselva	7.200
Sabáudia	1.396
São Jerônimo da Serra	1.820
São Sebastião da Amoreira	3.150
Santo Antônio do Paraíso	1.860
Florestópolis	2.362
Rancho Alegre	4.000
Uraí	3.200
Santa Cecília do Pavão	2.700
Sapopema	232
Nova América da Colina	960
<b>TOTAL:</b>	<b>209.060</b>

Grandes Rios	780
Iguaçu	1.519
Jardim Alegre	1.500
Ivaiporã	1.000
São Pedro do Ivaí	2.790
Floresta	7.070
Paissandu	4.179
Ourizona	3.600
São Jorge do Ivaí	11.211
Floraí	3.600
Doutor Camargo	3.600
Ivatuba	2.430
<b>TOTAL:</b>	<b>99.787</b>

**REGIÃO OESTE (Toledo):**

<b>Município</b>	<b>Produção Total (t):</b>
Assis Chateaubriand	117.500
Guaíra	35.867
Mal. Cândido Rondon	92.000
Palotina	147.500
Terra Roxa	21.500
Toledo	155.000
Nova Santa Rosa	20.800
<b>TOTAL:</b>	<b>619.946</b>

**REGIÃO OESTE (Cascavel):**

<b>Municípios</b>	<b>Produção Total (t):</b>
Capitão Leônidas Marques	7.200
Cascavel	27.300
Catanduvas	3.000
Céu Azul	13.440
Corbélia	27.840
Formosa do Oeste	5.600
Foz do Iguaçu	10.800
Guaraniaçu	5.493
Matelândia	7.920
Medianeira	12.000
Nova Aurora	10.788
São Miguel do Iguaçu	11.200
<b>TOTAL:</b>	<b>142.581</b>

**REGIÃO CENTRO OESTE (Guarapuava):**

<b>Município</b>	<b>Produção Total (t):</b>
Prudentópolis	900
Laranjeiras do Sul	1.980
Pinhão	9.650
Guarapuava	46.580
Irati	405
Rebouças	105
Pitanga	1.440
Manoel Ribas	3.000
<b>TOTAL:</b>	<b>64.060</b>

**REGIÃO CENTRO (Campo Mourão) ;**

<b>Município</b>	<b>Produção Total (t):</b>
Jussara	13.968
Campo Mourão	86.000
Goioerê	18.575
Mamborê	80.667
Peabiru	28.237
Engenheiro Beltrão	19.290
Campina da Lagoa	15.600
Janiópolis	3.641
Ubiratã	21.840
Barbosa Ferraz	1.125
Moreira Sales	2.250
Araruna	4.200
Iretama	4.320
Roncador	5.241
Quinta do Sol	7.920
Fênix	9.024
Nova Cantu	6.240
Terra Boa	6.361
Boa Esperança	5.940
<b>TOTAL:</b>	<b>340.439</b>
<b>TOTAL GERAL:</b>	<b>1.800.414</b>

**REGIÃO SUDOESTE (Pato Branco):**

<b>Município</b>	<b>Produção Total (t):</b>
Coronel Vivida	480
Itapejara do Oeste	1.087
Mariópolis	423
Pato Branco	1.656
Vitorino	1.152
Clevelândia	194
Chopinzinho	1.260
São João	3.500
Mangueirinha	720
<b>TOTAL:</b>	<b>10.472</b>

**REGIÃO NORTE (Maringá):**

<b>Municípios</b>	<b>Produção Total (t):</b>
Mandaguari	3.850
Marumbi	1.800
Jandaia do Sul	300
Mandaguaçu	2.827
Maringá	10.540
Mariaiva	12.600
Cambira	492
Marilândia do Sul	100
Rio Bom	446
São João do Ivaí	1.800
Bom Sucesso	2.080
Itambé	15.205
Flórida	173
Apucarana	1.246
Faxinal	3.049

**RELAÇÃO DE MOINHOS COLONIAIS  
SEM QUOTA NO ESTADO DO PARANÁ:**

<b>Município</b>	<b>Produção (sacas):</b>
Guaíra	50
Palotina	200
Mal. Cândido Rondon	50
Assis Chateaubriand	50
Toledo	200
Corbélia	30
Guaraniaçu	100
Pato Branco	200
Laranjeiras	100
Francisco Beltrão	100
Campo Mourão	50



Maringá	200
Marialva	50
Irati	150
Castro	40
Contenda	40
Ubiratã	40
Ivaiporã	50
Capanema	50
Dois Vizinhos	50
São João do Sudoeste	40
Salto do Lontra	40
Verê	40
Piên	50
Mandaguari	50
Um total de 35.460 toneladas em 12 meses.	

REGISTRO No.	MOINHOS	MUNICÍPIO	LIBERAÇÕES		
			ALTERAÇÕES		
			Cota a partir da 26a. Semana	A partir Da... Semana	Cota (t)
ZONA DE CONSUMO NÚMERO 7 — PARANÁ — COTA EXTRA					
7274/59	Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S.A.	Curitiba	599	49a.	600
707/39	Carlos Guth S.A. — Ind. e Comércio	Curitiba	86	38a.	87
7384/53	Cerealista Guairacá Ltda.	Guarapuava	6	47a.	7
2122/59	Comércio e Indústria E. Weiss Ltda.	Piën	2	43a.	3
1269/53	Cooperativa Agrária Mista Entre Rios Ltda.	Guarapuava	5	45a.	6
959/59	Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda. "COAMO"	Campo Mourão	2	43a.	3
1071/50	Fábrica Lucinda S.A. Indústria e Comércio	Curitiba	7	31a.	8
1232/55	Irmãos Massignan e Cia. Ltda.	Piraquara	25	45a.	26
10953/55	Júlio Flenik e Cia. Ltda.	Mallet	2	46a.	3
6820/53	Moinho Corbélia Ltda.	Cascavel	27	36a.	28
1430/49	Moinho Curitibaano S.A.	Curitiba	64	27a.	65
2118/59	Moinho Globo — Ind. e Comércio Ltda.	Sertãoópolis	16	29a.	17
8125/58	Moinho Graciosa S.A.	Curitiba	86	45a.	87
5217/54	Moinho Laranjeiras Ltda.	Laranjeiras do Sul	2	52a.	2
8734/55	Moinho Londrina S.A. — Ind. e Comércio	Londrina	85	30a.	86
3667/54	Moinho Pontagrossense Ind. e Com. S.A.	Ponta Grossa	19	43a.	20
4273/52	Moinho São Luiz Ltda.	Guarapuava	1	27a.	2
4007/46	Moinho de Trigo Arapongas Ltda.	Arapongas	66	28a.	67
105/54	Moinho de Trigo e Pastifício Oeste Ltda.	Pato Branco	11	41a.	12
104/54	Moinho Tupy Ltda.	União da Vitória	31	52a.	31
1917/49	S.A. Moageira e Agrícola	Irati	45	48a.	46
1717/75	S.A. Moinho Santista Indústrias Gerais	Ponta Grossa	635	28a.	636
7274/59	Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S.A.	Curitiba	1.926	42a.	1927
707/39	Carlos Guth S.A. — Ind. e Comércio	Curitiba	278	47a.	279
7384/53	Cerealista Guairacá Ltda.	Guarapuava	20	36a.	21
2122/59	Comércio e Indústria E. Weiss Ltda.	Piën	8	51a.	9
1269/53	Cooperativa Agrária Mista Entre Rios Ltda.	Guarapuava	17	37a.	18
959/59	Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda. "COAMO"	Campo Mourão	8	49a.	9
1071/50	Fábrica Lucinda S.A. Ind. e Comércio	Curitiba	25	35a.	26
1232/55	Irmãos Massignan e Cia. Ltda.	Piraquara	81	41a.	82
10953/55	Júlio Flenik e Cia. Ltda.	Mallet	7	51a.	8
6820/53	Moinho Corbélia Ltda.	Cascavel	89	44a.	90
1430/49	Moinho Curitibaano S.A.	Curitiba	209	46a.	210
2118/59	Moinho Globo — Ind. e Comércio Ltda.	Sertãoópolis	54	43a.	55
8125/58	Moinho Graciosa S.A.	Curitiba	277	37a.	278
5217/54	Moinho Laranjeiras Ltda.	Laranjeiras do Sul	6	34a.	7
8734/55	Moinho Londrina S.A. Ind. e Comércio	Londrina	281	36a.	282
3667/54	Moinho Pontagrossense Ind. e Comércio S.A.	Ponta Grossa	62	47a.	63
4273/52	Moinho São Luiz Ltda.	Guarapuava	6	41a.	7
4007/46	Moinho de Trigo Arapongas Ltda.	Arapongas	215	52a.	215
105/54	Moinho de Trigo e Pastifício Oeste Ltda.	Pato Branco	37	48a.	38
104/54	Moinho Tupy Ltda.	União da Vitória	99	30a.	100
1917/49	S.A. Moageira e Agrícola	Irati	145	44a.	146
1717/75	S.A. Moinho Santista — Indústrias Gerais	Ponta Grossa	2.017	52a.	2.017

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No horário reservado ao MDB, por determinação do Sr. Líder, Deputado Trajano Bastos, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra. O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por deferência da Liderança do MDB, ocupamos a tribuna, na condição de representante do povo, no desempenho do nosso mandato, para denunciar aquilo que acontece na sociedade e também nos atinge, porque fazemos parte dela.

Esta também é uma missão do Deputado, não só fazer as reivindicações para que o Poder Público vá ao encontro das aspirações populares, mas também, aqui nesta Casa, defender o povo das violências porventura contra ele cometidas.

É isto que vimos fazer hoje.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ultimamente, nós temos assistido, através da televisão, e lido também nos jornais, diversas denúncias contra o excesso policial. Constantemente chegam ao nosso conhecimento, fatos deprimentes que depõem contra o bom nome de nossa polícia. Aquela que tem a missão de garantir todo o cidadão, a sociedade na sua ordem, e assegurar a todo cidadão o livre trânsito e protegê-lo contra as violências.

E nós estamos aqui para, de uma forma até comovida, relatar o que ocorreu ainda recentemente em Araucária, fato em que está envolvido o Prefeito e a autoridade policial daquele município.

Desentendimentos antigos haviam e sobre os quais não vamos entrar no mérito, culminaram em violências no sábado próximo passado, em cujo episódio se envolveram um lavrador e seu filho e, possivelmente, alguns outros membros de sua família e também o Prefeito de Araucária.

Ocasão em que, segundo noticiam os jornais, saiu ferido o Prefeito, em face de um tiro que levou no entre-ventre. Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que no dia seguinte, a polícia foi à casa do lavrador, no interior do município, na tentativa de fazer a sua prisão. E lá chegando, nós não temos conhecimento dos fatos, e não vamos entrar no mérito, mas o fato é que, segundo consta do jornal "O Estado do Paraná", em depoimento que tomou dos membros da família vítima, o lavrador, cidadão de 65 anos, foi atingido por uma bala proveniente da violência policial.

E este lavrador tombou sem vida, e, nesta oportunidade, segundo consta, outras violências foram cometidas e, diz o jornal, referindo-se à prisão da Professora Terezinha Javorski e sua irmã, que são filhas da vítima, Mathias Javorski, a sua prisão ocorreu domingo pela manhã, quando policiais penetraram na residência da família na localidade de Banhado Comprido e mataram a tiros o seu pai que, segundo versões de autoridades policiais, teria resistido à bala.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que nos surpreende e o que nos causa estranheza, é o por que a polícia haverá de ter ido à casa do lavrador para efetuar a sua prisão, praticando violências. Porque é certo que a lei diz que qualquer cidadão do povo poderá prender, e os policiais poderão fazê-lo, contra quem quer que seja encontrado em flagrante delito e, diz também a lei que, se considera flagrante delito quem está cometendo infração, quem acaba de cometê-la ou é perseguido logo após com os instrumentos do crime, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser o autor da infração.

Pois bem.

O lavrador já estava recolhido à sua casa, a polícia não o perseguiu, porque o fato ocorreu no dia anterior. Então eu não vejo como se possa caracterizar aí uma prisão em flagrante. Além disso, a polícia tinha muitas condições de efetuar a prisão do criminoso, se é que foi criminoso a vítima, se é que atendeu contra a vida do Prefeito de Araucária, a polícia tinha muitas outras condições materiais de efetuar a prisão daquele homem de 65 anos, sem a necessidade de tirar-lhe a vida.

Deve saber, a polícia, que ela tem essa função, que ganha

para isso, mas que, antes de tirar a vida de um cidadão, ela deve proteger a vida dos cidadãos. Esta é a sua função. Não podia a polícia, pretender penetrar na casa deste cidadão, porque ele não estava sendo perseguido por crime, estava dentro da sua casa, era proprietário em Araucária, e nós sabemos que a Constituição do País, a Carta Fundamental, diz que a casa é domicílio inviolável do cidadão e ela só pode ser penetrada, e a permanência na casa alheia, em suas dependências só poderá ser efetuada durante o dia, com observância das formalidades legais. Para efetuar prisão, exigem-se o cumprimento das formalidades legais, com a ordem expedida pelo Juiz, pela autoridade judiciária. Não a polícia fazê-lo arbitrariamente. Porque está escrito aqui: a qualquer hora do dia ou da noite ela poderá penetrar na casa, desde que seja para socorrer alguém de algum fato criminoso, ou que haja a iminência de ser praticado um crime contra os moradores da casa. Caso contrário, autoridade policial, delegado de polícia, nem a polícia tem autoridade competente para penetrar na casa de um cidadão.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, na realidade causa-me estranheza que V. Exa. de certa forma venha a esta tribuna, na tentativa de defender o indefensável.

Em primeiro lugar, V. Exa. se baseia num certo jornal, que, evidentemente, pode não ser o correto.

A polícia agiu no estrito cumprimento do seu dever legal. Perseguiu o criminoso desde a noite anterior. Ademais, o cidadão que acabou sendo atirado pela polícia resistiu à prisão, à bala.

Resta ainda, para deixar mais claro a legitimidade da forma como se comportou a polícia, o comportamento absolutamente criminoso de toda a família, porque...

O SR. LINEU TURRA — Nobre Deputado, V. Exa. vai me permitir.

Eu não entrei no mérito e considero que não é oportuno fazê-lo. E se V. Exa. o pretende, eu pediria a V. Exa. que dispensasse o aparte. Porque eu não estou indagando se a polícia estava no exercício...

O Sr. Luiz Roberto Soares — É uma questão fundamental se a polícia estava ou não no cumprimento do dever legal. Se ela não estava, V. Exa. tem razão.

O SR. LINEU TURRA — V. Exa. está querendo dizer que a vítima reagiu à bala. Nem estou dizendo se foi ou não.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. está acusando a polícia de um ato ilegal. A polícia não agiu ilegalmente.

O SR. LINEU TURRA — Estou dizendo que a polícia e, normalmente nós temos ouvido através da televisão, tem agido com excesso, e nesse caso, entendo que se o fato ocorreu no sábado, no domingo, no dia seguinte, não havia mais perseguição policial. Já havia cessado a perseguição, passou a noite toda, o indiciado já estava em sua casa.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. está mal informado. Lamentavelmente, está mal informado.

O SR. LINEU TURRA — Segundo consta dos jornais.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Ah! Sim! Segundo consta dos jornais. Na realidade não é isto o que aconteceu. A questão básica é saber se a polícia agiu legalmente ou não. Afirmo a V. Exa. que agiu, e digo mais, a V. Exa. o cidadão era perigoso. O SR. LINEU TURRA — V. Exa. há de me informar também se havia uma autorização judicial para a polícia efetuar a prisão.

O Sr. Luiz Roberto Soares — A polícia estava usando dos direitos conferidos pela lei, de perseguição ao criminoso.

O SR. LINEU TURRA — Se V. Exa. for olhar bem, ela diz aqui

Obedecidas as formalidades legais. A polícia queria entrar na casa do cidadão, e se vai entrar na casa do cidadão, segundo a lei, mesmo que seja para prender um criminoso, devem ser obedecidas as formalidades que é através de um mandato judicial.

O Sr. Luiz Roberto Soares — A menos que seja o direito da sua

perseguição.

**O SR. LINEU TURRA** — A pessoa que está em sua casa não está mais fungindo. V. Exa. não vai me dizer uma coisa destas, é um disparate.

**O Sr. Osvaldo Macedo** — V. Exa. permite um aparte?

**O SR. LINEU TURRA** — Concedo.

**O Sr. Nelson Buffara** — Parcialmente, Deputado Lineu Turra, contesto a defesa feita pelo eminente Líder do Governo, e aboraria tão somente o fato da tentativa de prender, o que culminou com a morte daquele que tentou contra a vida do Prefeito.

Eu ficaria apenas com esse fato. Acredito que existe uma tecnologia muito avançada e a polícia poderia ter usado de outros meios para prender o que tentou contra a vida do Prefeito de Araucária. Eu não sou policial, mas existem outros meios, como bombas de gás ou gás lacrimogêneo, ou qualquer outra coisa que pudesse prender com vida e não somente depois de ter tombado morto.

Acho que houve violência.

Ontem, tive oportunidade de conversar com alguém da Secretaria de Segurança, dizendo do meu ponto de vista e não discuto a forma pela qual ele tentou contra a vida do Prefeito, se foi direito ou não. Cometeu-se o crime, é passível de homicídio. Perfeito. Ele configurou-se no dispositivo do Código Penal deveria ser preso, a polícia tentou prendê-lo, ele reagiu à bala e foi morto.

Mas, eu contesto a forma violenta como diz muito bem V. Exa., da tribuna, ele, dentro de sua casa, tentando defender-se, e a polícia podia usar de outros meios, evidentemente, evitando-se mais uma morte desnecessária. Era o meu ponto de vista.

**O Sr. Osvaldo Macedo** — Deputado Lineu Turra, permite um aparte? (Assentimento)

**O SR. LINEU TURRA** — Eu só queria dizer o seguinte: segundo disse o eminente Deputado Luiz Roberto Soares, eu poderia acreditar perfeitamente, já que ele tem conhecimento dos fatos, desde que ele fosse testemunha ocular dos fatos. Até então...

**O Sr. Luiz Roberto Soares** — V. Exa. não foi testemunha ocular.

**O SR. LINEU TURRA** — Mas eu não estou entrando no mérito. V. Exa. há de convir que eu estou apenas informando à Casa um fato ocorrido, a morte que houve. Eu entendo que houve excesso policial como tem havido. Concedo aparte ao nobre Deputado Osvaldo Macedo.

**O Sr. Osvaldo Macedo** — Agradeço o aparte que V. Exa. me concede, sobretudo porque era de todo meu interesse participar do pronunciamento de V. Exa. nesta tarde, quando assunto de alta relevância está sendo abordado.

Primeiramente, gostaria de fazer um reparo nas observações jurídicas do eminente Líder da bancada da ARENA, nesta Casa, que procurou defender a correção da atitude da polícia. Nós sabemos que a lei diz que todo aquele que praticar crime, pode ser preso em flagrante, dentro das 24 horas desde que ininterruptamente, perseguido pela autoridade policial. Então, a perseguição há de ser ininterrupta, a partir do instante que se tem conhecimento que ocorre o fato.

Ao que me consta, a tentativa de assassinato, de homicídio, contra o Prefeito, teria ocorrido por volta das 17 horas. A polícia teria assassinado o agressor do Prefeito, na madrugada do dia seguinte. Se este tivesse fugido, a polícia estaria na sua perseguição. Mas, eu não creio que ninguém fuja e fuja para sua própria casa. Não creio que ninguém que queira se homiziar, se homizie em sua própria casa. E mesmo que o tivesse feito, a polícia com toda sua aparelhagem, com todo o número de elementos, não se permitiria e não se permite a violência, a arbitrariedade e o abuso de poder como houve naquela ocasião.

V. Exa. bem disse — era um homem idoso; era proprietário, no município...

**O Sr. Luiz Roberto Soares** — Propriedade não é excludente de criminalidade.

**O Sr. Osvaldo Macedo** — Nem também, o fato de atingir Prefeito, faz com que a polícia possa...

**O Sr. Luiz Roberto Soares** — Não se trata de prefeito; trata-se de um cidadão qualquer...

**O Sr. Osvaldo Macedo** — ... perfeito; só que não tem havido da polícia do Paraná, esse mesmo expediente, essa mesma correção, este mesmo destemor, no combate a criminosos notórios no Paraná, digo, neste Estado.

Por que, nessa hora, a polícia expedita e assassina, brutalmente, um homem de 65 anos.

Ainda há poucos dias, o folclore do Secretário da Segurança de São Paulo, declarou à imprensa que "criminoso não se prende; criminoso se mata". Até me parece que a polícia do Paraná quer seguir o exemplo da polícia paulista liderada por aquele folclore de secretário. E, ainda mais, o que é lamentável, é que a polícia, na sua arbitrariedade, encontre defesa de homens inteligentes dentro desta Casa.

Parabéns a V. Exa., pela denúncia que faz nesta Casa. (Tímpanos)

**O SR. PRESIDENTE** — (Ivo Thomazoni) A Presidência comunica a V. Exa. que o tempo já esgotou e lhe concede dois minutos.

**O SR. LINEU TURRA** — Agradeço.

Eu concedo o aparte.

**O Sr. Jayme Rodrigues Carvalho** — Deputado, V. Exa. faz uma denúncia verídica e tudo leva a crer que V. Exa. está certo porque a polícia é desse Governo, e o jornal que noticiou os acontecimentos, é desse Governo. E eu chego até a entrar no mérito sem ser advogado da vítima.

Segundo meu entendimento, tendo em vista o que se leu nos jornais de hoje, esse ancião de 65 anos de idade, que qualquer moleque poderia prender sem atirar, praticou dupla legítima defesa: Primeiro, porque o jornal anuncia, segundo as filhas, que o Prefeito só aponta a sua arma para depois ele sacar da sua, aliás, nem ele atingiu; quem atingiu foi o seu filho João que está foragido. Naquele instante ele estava praticando a legítima defesa de sua vida.

Em segundo lugar, quando ele se defendeu, dentro de sua casa, ancião de 65 anos de idade, ele estava defendendo sua família e seu patrimônio. Vergonhosamente, a polícia do Paraná, fez mais uma mancha: Aliás, eu nem sei como se defende a polícia do Paraná aqui, neste plenário, quando três ou quatro casos, por dia, acontecem; de polícia, até, contra polícia. V. Exa. está completamente certo.

A polícia foi arbitrária; vergonhosamente arbitrária, assassinou um velho de 65 anos de idade que defendia o seu patrimônio e que não tinha ordem judicial para penetrar no seu lar.

Parabéns a V. Exa.

**O Sr. Luiz Roberto Soares** — V. Exa. me permite um aparte?

**O SR. LINEU TURRA** — Eu teria o máximo prazer em conceder o aparte a V. Exa., eminente Deputado, mas é que eu já fui advertido pela Presidência de que meu tempo está esgotado e eu queria apenas, para terminar, dizer o seguinte: Que de fato a propriedade não exclui a criminalidade mas dá a certeza à justiça de que o autor do delito não se furtará a prestar contas à Justiça. É este o princípio, então não é este o caso.

**O Sr. Luiz Roberto Soares** — Deputado, ele resitiu à bala.

**O SR. LINEU TURRA** — Isso eu não acredito, e posso acreditar, mas eu primeiro preciso ver. Se V. Exa. é testemunha ocular do fato, eu acredito. Se V. Exa. não for testemunha ocular do fato, eu não posso acreditar por enquanto. Certo?

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para finalizar eu quero dizer o seguinte: Lamento só que o Sr. Secretário de Segurança tenha sido até agora omissos quanto às violências policiais que vêm sendo praticadas neste Estado. Constantemente estamos vendo denúncias através da imprensa escrita e falada, sem que



saibamos de quaisquer providências do Sr. Secretário da Justiça.

Vamos acompanhar o desenrolar desses fatos que ocorreram em Araucária, e possivelmente iremos pedir aqui a Constituição de uma Comissão Especial para apurar como esses fatos ocorreram, na localidade, no município de Araucária. Porque esta Casa não pode se omitir quando fatos como este ocorrem, sob pena de nós também estarmos sendo coniventes com eles.

Nós não podemos ficar indiferentes ao crime. Nós temos que combater de qualquer forma o crime e pedir às autoridades que defendam os cidadãos e se possível até, se for necessário, intervir na residência deles.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, emenda ao Projeto de Lei no. 26/77, de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADA. — Será anexada ao projeto.

Emenda ao Projeto de Lei no. 40/77, de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADA. — Será anexada ao projeto.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência concede, pela ordem, a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Percebo, Sr. Presidente, quando anuncia a emenda que encaminhei à Mesa e só agora ouvi, que na elaboração datilográfica houve um lapso na fixação dos números relativos ao projeto de lei e à mensagem.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência verifica. Emenda aposta ao Projeto de Lei no. 26/77.

O SR. ENÉAS FARIA — Exatamente é este. Mensagem 59.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lê no avulso — Mensagem 58/777 — confere com a remessa do Palácio.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, não é da Mesa, o lapso, foi na elaboração datilográfica que se estabeleceu este equívoco. Peço à Mesa que estabeleça a corrigenda, para o Projeto de Lei número 27/77 — Mensagem 59/77.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência consulta:

V. Exa. apresenta emenda ao projeto que consta como segundo alinhado na primeira folha da Ordem do Dia, distribuída.

O SR. ENÉAS FARIA — Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência entendeu e fará as devidas anotações.

Onde se lê 26, leia-se 27.

Onde se lê 58, leia-se 59.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 26/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem número 58/77, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva doar à Associação Beneficente e Hospitalar de Contenda, o imóvel onde se encontra instalado o Hospital e Maternidade "Miguelina Franco e Eliza Padilha", da mesma cidade. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CSP., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 27/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem número 59/77, encaminhando anteprojeto de lei que visa transferir ao Patrimônio da Empresa Paranaense de Turismo — PARANATUR, os bens que especifica, de propriedade do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CT., por unanimidade. — Em discussão, o projeto e emenda. — Encerrada a discussão. — Em votação o projeto,

ressalvada a emenda. — **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda apresentada pelo Sr. Deputado Enéas Faria. — **Aprovada.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 32/77, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que declara de utilidade pública a Fundação Presbiteriana de Curitiba, com sede nesta Capital. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 40/77, de autoria do Deputado Alfredo Gulin, que autoriza o Poder Executivo a doar à Santa Casa de Misericórdia de Imbituva o imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ., e CF., por unanimidade. — Em regime de urgência. — Em discussão o projeto e emenda. — Encerrada a discussão. — Em votação o projeto, ressalvada a emenda. — **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, apresentada ao mesmo. — **Aprovada.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 233/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 351/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Paulo Frontin, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o "Grupo Escolar Xavier da Silva", na sede daquele município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

Com voto contrário do Sr. Deputado Enéas Faria.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 79/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem número 71/77, encaminhando anteprojeto de lei solicitando autorização para contrair empréstimo ou obter financiamentos, internos ou externos, dar garantias, prestar fiança ou aval, conceder contra-garantias de fiança, de aval ou de qualquer tipo de garantia prestada por entidade pública ou privada ao Poder Executivo e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ., por unanimidade e da CF., por maioria. Com Emenda.

#### PROJETO DE LEI NÚMERO 79/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 10 — Fica o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimo ou obter financiamentos, internos ou externos, dar garantias, prestar fiança ou aval, conceder contra-garantias de fiança, de aval ou de qualquer tipo de garantia prestada por entidades públicas ou privadas ao Poder Executivo até o montante de Cr\$ 2.422.000.000,00 (dois bilhões e quatrocentos e vinte e dois milhões de cruzeiros), ou equivalente em moeda estrangeira, com base na cotação cambial da época da operação, destinados ao cumprimento de despesas com execução de obras públicas de infra-estrutura e outras despesas relativas a programações contidas em orçamentos anuais ou plurianuais.

§ 10 — Do montante estabelecido neste artigo, os empréstimos ou financiamentos, garantias, avais ou fianças e contra-garantias serão destinados especificamente à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, até o valor de Cr\$ 1.445.000.000,00 (hum bilhão, quatrocentos e quarenta e cinco milhões de cruzeiros), ou equivalente em moeda estrangeira, para operações internas ou externas para a instalação de sua infra-estrutura de energia elétrica.

§ 20 — A execução do disposto neste artigo poderá efetivar-se em uma ou mais operações, com uma ou mais entidades financeiras ou fornecedoras e, em qualquer data, até que seja atingido o montante autorizado.

Art. 2º — O prazo, carência, juros, taxas adicionais e comissões referentes ao empréstimo ou financiamento a serem tomados, obedecerão às normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias Federais e às exigências dos órgãos encarregados da Política econômico-financeira da União.

Art. 3º — A caução ou qualquer outra forma de garantia com vinculação de ações de Sociedades de Economia Mista, nas quais o Governo do Estado for majoritário, somente poderá ser efetivada com ações que excederem a 51 por cento do capital subscrito e integralizado em cada sociedade de Economia Mista.

Parágrafo único — A vinculação a que se refere este artigo poderá efetivar-se mediante autorização expressa da Secretaria de Estado das Finanças.

Art. 4º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de junho de 1977.

(a) PODER EXECUTIVO

#### EMENDA AO PROJETO DE LEI NÚMERO 79/77

Art. 1º — O artigo 1º e respectivos parágrafos do Projeto de Lei número 79/77, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado, no período 1977-1980, inclusive, a contrair empréstimos ou obter financiamentos, internos ou externos, dar garantias, prestar fiança ou aval, conceder contra-garantias de fiança, de aval ou de qualquer tipo de garantia prestada por entidades públicas ou privadas ao Poder Executivo até o montante de Cr\$ 2.422.000.000,00 (dois bilhões e quatrocentos e vinte e dois milhões de cruzeiros), ou equivalente em moeda estrangeira, com base na cotação cambial da época da operação, destinados ao cumprimento de despesas com execução de obras públicas de infra-estruturas e outras despesas relativas a programações contidas em orçamentos anuais ou plurianuais.

§ 1º — Do montante estabelecido neste artigo, os empréstimos ou financiamentos, garantias, avais ou fianças e contra-garantias serão destinados especificamente:

I — à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, até o valor de Cr\$ 1.445.000.000,00 (um bilhão, quatrocentos e quarenta e cinco milhões de cruzeiros), ou equivalente em moeda estrangeira, para operações internas ou externas para a instalação de sua infra-estrutura de energia elétrica;

II — a servir como contra-garantia em favor do Banco do Estado do Paraná S/A., até o valor de Cr\$ 340.000.000,00 (trezentos e quarenta milhões de cruzeiros), ou equivalente em moeda estrangeira, em função do aval prestado por este Banco à operação realizada pela FUNDEPAR junto à Caixa Econômica Federal, relativa à terceira etapa das operações que tiveram por objeto o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social;

III — à Fundação Universidade Estadual de Londrina, até o valor de Cr\$ 96.000.000,00 (noventa e seis milhões de cruzeiros), ou o equivalente em moeda estrangeira, com a finalidade de instalar no "campus" universitário todas as unidades da U.E.L., com exceção do Centro de Ciências da Saúde;

IV — à Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, até o valor de Cr\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de cruzeiros), ou equivalente em moeda estrangeira, para a instalação do respectivo "campus";

V — à Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, até o valor de Cr\$ 96.000.000,00 (noventa e seis milhões de cruzeiros), ou equivalente em moeda estrangeira, para a expansão da rede hospitalar do Estado; e,

VI — a servir de fonte de recursos para a cobertura de eventuais "deficits" de receita (saldo negativo entre a arrecadação prevista e a realizada), ou para concessão de avais a órgãos da Administração Indireta, até o valor de Cr\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzeiros), ou equivalente em moeda estrangeira.

§ 2º — A execução do disposto neste artigo poderá

efetivar-se em uma ou mais operações, com uma ou mais entidades financeiras ou fornecedoras, e em qualquer data, respeitados os limites estabelecidos pelo "caput" deste artigo, até que seja atingido o montante autorizado.

§ 3º — A vinculação dos recursos, de que trata a presente Lei, não importa em qualquer autorização para a realização de despesas não constantes do OPI e da Lei Orçamentária Anual."

Sala das Comissões, em 29 de junho de 1977.

(a) MUGGIATI FILHO

#### JUSTIFICATIVA:

O acréscimo feito ao "caput" do artigo 1º põe limite, no tempo, à autorização pleiteada, o mesmo ocorrendo com o § 2º.

Os incisos acrescidos ao § 1º explicitam, no texto legal, as destinações constantes da Exposição de Motivos do Projeto.

Como as demais, o § 3º é emenda declarativa, com a finalidade de tornar claro que não há qualquer autorização de despesas não previstas no OPI e na Lei Orçamentária Anual. Caso contrário, estaríamos diante de um crédito adicional, conforme o que dispõe o artigo 40 da Lei 4320:

"Art. 40 — São créditos adicionais as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei do Orçamento."

Ademais, se a autorização em exame fosse extensiva a tais despesas, o projeto teria de especificar a natureza do crédito adicional, consoante o art. 46 da mesma Lei 4320:

"Art. 46 — O ato de abrir crédito adicional indicará a importância, a ESPÉCIE DO MESMO e a classificação da despesa, até onde for possível."

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 79/77

O presente Projeto de Lei número 79/77, oriundo da Mensagem Governamental número 71/77, tem por finalidade a autorização deste Poder Legislativo para que o Poder Executivo possa contrair empréstimos ou obter financiamentos, internos ou externos, dar garantias, prestar fiança ou aval, conceder contra-garantias a entidades públicas ou privadas como contrapartida a garantias prestadas ao Poder Executivo, para utilização no período 1977/1980.

Estipula o anteprojeto de lei encaminhado por Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, em até Cr\$ 2.422.000.000,00 (dois bilhões e quatrocentos e vinte e dois milhões de cruzeiros), o montante do valor para a transação, destinado, especificamente, para a Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, um valor de até Cr\$ 1.445.000.000,00 (um bilhão, quatrocentos e quarenta e cinco milhões de cruzeiros), daquele total.

Constitucionalmente, a matéria está prevista nos incisos I, XIV e XVI, do art. 47, da Carta Magna do Estado, que estabelece a competência privativa do Chefe do Poder Executivo para tal iniciativa.

Na Mensagem, justificando a medida ora proposta, em extensa e detalhada exposição de motivos, o Senhor Governador do Estado estabelece a situação atual do Estado em confronto com a capacidade de seu endividamento, demonstrando a efetiva utilização dos recursos financeiros já autorizados e a aplicação dos recursos que ora são pleiteados.

Nessa exposição, que através de tópicos classificados em Dívida Pública — Dívida Externa e Dívida Interna, é demonstrada pela administração do Executivo, a situação atual do Paraná em relação à sua efetiva capacidade para a amortização das dívidas já contraídas e às que pretende realizar.

Adiante, são especificadas as destinações a que se propõe a presente autorização, destacando as aplicações que serão dirigidas às áreas da Educação e da Cultura — para o ensino de primeiro grau e ensino superior — da Saúde Pública e da Energia Elétrica.

Pelas razões que são apresentadas, bem como as finalida-

des a que se propõe a presente autorização, temos que a matéria está, legalmente e constitucionalmente, em condições de ser aprovada.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação do projeto de lei número 79/77.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de junho de 1977.

(aa) MUGGIATI FILHO — Presidente  
GILBERTO CARVALHO — Relator

### COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei número 79/77

Oriundo da Mensagem Governamental número 71/77, de 13/06/77, objetiva o presente projeto de lei autorizar o Poder Executivo a contrair empréstimo ou obter financiamentos, internos ou externos, dar garantias, prestar fiança ou aval, conceder contra-garantias a entidades públicas ou privadas como contrapartida a garantias prestadas ao Poder Executivo, para utilização no período 1977/1980.

A douta Comissão de Constituição e Justiça já emitiu parecer, examinando detalhadamente a matéria, inclusive a destinação da importância para a transação, que é até o valor de Cr\$ 2.422.000.000,00 (dois bilhões e quatrocentos e vinte e dois milhões de cruzeiros).

Na Mensagem do Poder Executivo é demonstrada a situação atual do Paraná em relação a sua efetiva capacidade para a amortização das dívidas já contraídas e às que pretende realizar.

A este projeto de lei foi apresentada uma emenda de autoria do nobre Deputado Muggiati Filho.

No âmbito desta Comissão de Finanças, cuja competência é opinar quanto ao aspecto financeiro, nada temos a opor sobre a tramitação normal do presente plano de lei por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é pela aprovação do projeto de lei em tela e emenda.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1977.

(aa) ERONDY SILVÉRIO — Presidente  
GABRIEL MANOEL — Relator

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em discussão o projeto e a emenda. — Encerrada a discussão. — Em votação o projeto, ressalvada a emenda. — **Aprovado.**

A emenda será objeto de deliberação no turno de segunda discussão e votação, na próxima sessão.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando regime de urgência aos Projetos de Lei números 81/77, 83/77 e 97/77. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Para encaminhar a votação). — Sr. Presidente, confesso que não atendi ao anunciado por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência quer também se redimir. Este tipo de requerimento independe de discussão e não tem respaldo, regimental, para encaminhamento de votação.

Mas a Presidência, em questão de ordem, concede a palavra ao eminente Deputado Líder do MDB, e esclarece. Projeto de Lei número 81/77, trata de prorrogar vigência de dispositivo de lei anterior, que permite, sem prejuízo de seus vencimentos, que os membros da Polícia Militar do Estado do Paraná, sirva em cargos privativos da Polícia Civil do Estado do Paraná. Medida adotada por esta Casa em duas oportunidades, porquanto entende que a vigência da lei aprovada por esta Casa anteriormente, proíbe que o policial militar, ocupe com todas as vantagens cargos que são privativos da Polícia Civil.

O SR. TRAJANO BASTOS — Perfeito, Sr. Presidente. Mas entendo o que V. Exa. anuncia, é requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — É requerimento, pedindo regime de urgência para esses três projetos; o

outro é o 83/77, que propõe a criação da MINEROPAR; e o outro de número 97/77, que propõe a criação da EMATER. Todos conseqüência de Mensagem Governamental.

Em votação o requerimento.

Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Sr. Presidente.

Vou, contrariando a liderança da nossa bancada, vou votar contra o requerimento de urgência. Por uma razão muito simples.

Não propriamente com relação às mensagens do Governo que tratam da reestruturação da Polícia Civil, mas com relação a que cria duas empresas públicas. Especialmente a MINEROPAR, que envolve o interesse da economia paranaense, no setor de minérios: da lavra, pesquisa e industrialização.

Uma empresa criada com o capital de 20 bilhões de cruzeiros, dinheiro este arrecadado do bolso do contribuinte paranaense. E que merece um estudo mais aprofundado da matéria. Não será em regime de urgência, que se irá fornecer ao Sr. Governador, um instrumento hábil, que possa fazer da MINEROPAR, realmente uma empresa pública; que atenda os interesses no setor de mineralogia do Paraná. Portanto eu acho inoportuno que mensagens dessa natureza e dessa importância, tramitem nesta Casa, sem que os Srs. Deputados possam à luz dum exame mais aprofundado, dar o seu voto com plena consciência, de que estão realmente votando uma matéria que consulte os interesses da coletividade paranaense.

Eu voto contra, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Declaração de voto do Sr. Deputado Erondy Silvério, anotada.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem). Sr. Presidente, o fundamento do pedido de urgência, para as três mensagens é o seguinte: o Governo do Estado tem prazo para se valer de recursos federais, para implantar uma e outra empresa. E a mensagem que se encontra nesta Casa, se não me engano, há mais de dois meses, e o meu requerimento de urgência, possibilitará que os três sejam votados em meados de setembro aproximadamente. Se o Governo do Estado não obtiver tais empresas públicas e não conseguir autorização desta Assembléia para destituição das mesmas, terá fatalmente o seu programa comprometido porque há prazo que o Governo concedeu ao Governo do Estado para que se valha de recursos alocados especificamente para ambas as finalidades. Parece-me que o prazo de quinze dias ou mais, porque ainda com regime de urgência esta mensagem só poderá ser votada em meados de setembro, repito, me parece que é tempo suficiente para que se analise detidamente e exaustivamente, todas as mensagens.

Ademais, já esteve aqui nesta Assembléia o Secretário de Indústria e Comércio, que teve a oportunidade de debater sem nenhum constrangimento, todos os aspectos que envolviam a criação tanto da MINEROPAR como da EMATER.

Razão pela qual o meu pedido não tem outra preocupação, se não habilitar o Governo do Estado a desenvolver ambas as empresas num tempo hábil sem o que pode ser inteiramente comprometido o seu programa que é dos mais sérios, tanto no que diz respeito à pesquisa mineral, exploração de minérios, como a que substitui a ACARPA.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. TRAJANO BASTOS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, com respeito ao requerimento do ilustre Líder da ARENA, devo adiantar a V. Exa. e à Casa, o seguinte: realmente tem razão o ilustre Deputado Erondy Silvério quando pondera a necessidade de um estudo mais aprofundado da matéria.

Não deixa de ter razão também o ilustre Deputado Luiz Roberto Soares, Líder da ARENA nesta Casa, e do Governo, em ter a preocupação de apressar a tramitação desta matéria.



Acontece, Sr. Presidente, que devo declarar a V. Exa. e à Casa, que o MDB deseja analisar com a profundidade a matéria e com a seriedade necessária.

Então, não acho viável que matéria desta importância e deste quilate entre em regime de urgência para apreciação. Nestas condições, e na predisposição, Sr. Presidente, da minha bancada em estudar com isenção e com a seriedade que ela merece ser estudada, é que eu apelo ao ilustre Líder do Governo, que retire este requerimento e que façamos com que, sem que seja em regime de urgência, esta matéria venha a ser apreciada e votada convenientemente, dentro do prazo pelo qual reclama o ilustre Líder do Governo.

É a sugestão que faço, o apelo que faço a S. Exa. o ilustre Deputado Luiz Roberto Soares, para que retire este requerimento e que este projeto caminhe nesta Casa mas sem que seja em regime de urgência, para que possamos, não só a minha bancada como também a bancada da ARENA, estudar este problema com o tempo e a seriedade e profundidade que se faz necessária.

Era isto, e eu agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Ivo Thomazoni**). — A Presidência deseja que o Departamento Legislativo, através da Divisão das Comissões, informe sobre se, com todo o respeito que a Presidência devota aos Srs. Deputados membros das Comissões Técnicas, sobre se o projeto devidamente autuado, foi distribuído às Comissões Técnicas, o tempo em que se encontra à consideração dos Srs. Deputados membros das Comissões Técnicas, para poder informar à Casa, e possibilitar para que todos os Srs. Deputados possam, nas referidas comissões, regimentalmente participar. Se não da votação dos seus pareceres, mas regimentalmente, possam participar de suas discussões. O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (**Ivo Thomazoni**). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, confiante na responsabilidade de todos os Deputados, e certo de que tanto os membros de nosso Partido, como os membros do Partido da Oposição sabem apreciar a urgência que o Governo tem necessidade para agilizar as suas ações, mesmo porque se não as obtiver — já disse — terá a sua programação interrompida e não poderá, em tempo hábil, instalar ambas as empresas, uma, sociedade de economia mista e, outra, empresa pública, eu atendo a solicitação do eminente Deputado Líder do MDB, e retiraria o regime de urgência de ambas as empresas públicas, mantendo apenas a que prorroga o prazo de disponibilidade dos militares da Polícia Civil.

O SR. PRESIDENTE (**Ivo Thomazoni**). — Trata-se do Projeto de Lei número 81/77.

A Presidência exclui, portanto, do regime de urgência, os Projetos de Lei 83 e 97, ambos barra 77, e submete ao Plenário, requerimento do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares no que concerne ao pedido de urgência ao Projeto de Lei número 81/77.

Em votação. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da República, consubstanciado em apelo, no sentido de que seja alterado o Decreto-Lei número 210, de 27/02/1967, objetivando possibilitar a distribuição de quotas para moagem de trigo aos moinhos com cilindros, instalados no Estado do Paraná. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., reivindicando a criação e instalação de uma agência do referido estabelecimento de crédito, para a cidade de Jandaia do Sul. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando voto de agradeci-

mento ao Sr. Governador do Estado, e ao Sr. Secretário dos Transportes, pela inclusão no Plano Rodoviário entre as rodovias abastecedoras do Estado, a ligação entre Ponta Grossa e o Bairro dos Ingleses, nas proximidades da Estrada do Cerne. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela realização do VIII Seminário da Magistratura Paranaense, realizado em Paranavai. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Delegado Regional do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, encarecendo informações sobre a situação jurídica dos posseiros no Parque Nacional do Iguaçu, que se recusam a fazer acordo de desocupação da área. — APROVADO.

Requerimento subscrito por diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando subscrição formal da Carta aos Brasileiros, de autoria do Professor Godofredo da Silva Teles, Filho, por parte da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Pela ordem, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (**Ivo Thomazoni**). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Ivo Thomazoni**). — A Presidência atende e fará a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. — (Pausa). — 21 Srs. Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa). — 25 Srs. Deputados rejeitam. — REJEITADO o requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando a convocação do Sr. Superintendente do Instituto de Previdência do Estado para que, perante este Poder Legislativo esclareça as denúncias enviadas por funcionária daquele órgão previdenciário. — Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados.

Vou votar contrariamente a ambos os requerimentos, tanto o que a Casa aprecia neste momento, como o envio das notas taquigráficas do pronunciamento do nobre Deputado Adalberto Daros ao Sr. Governador do Estado.

E vou votar, não por desrespeito à bancada do Movimento Democrático Brasileiro nesta Casa, especialmente ao autor do requerimento, porque não é por desrespeito, porque eu prezo a bancada da Oposição.

Aprendi a conviver com essa bandada briosa, valente, e que tem tão bem defendido os interesses da coletividade nesta Casa, não hoje, que ela é numerosa, mas desde os idos de 1966 quando aqui cheguei. Sr. Presidente, o MDB tinha uma bancada pequenina mas valente, integrada por homens do quilate de Sílvio de Barros, Alencar Furtado, Valmor Giavarina, Nelson Buffara e tantos outros.

Depois, em 1970, continuou pequena, mas gigante na sua maneira de atuar nesta Casa.

Hoje, todavia, Sr. Presidente, o requerimento do nobre Deputado Adalberto Daros contém informações inequívocas. Não que essas inverdades fossem aqui proferidas pelo nobre Deputado Adalberto Daros, mas por quem dele se serviu para trazer a esta Casa, assertivas que são, a meu ver, verdadeiras calúnias contra um administrador que temos acompanhado o trabalho frente ao IPE, administrador que, senão brilhante, pelo menos bem intencionado e capaz.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, o tempo que nos é concedido regimentalmente, é curto. Não podemos analisar uma a uma das acusações que faz ao Dr. José Maria Azevedo, a funcionária que subscreveu a carta enviada ao nobre Deputado Adalberto Daros. A funcionária de nome Rosita Bressan.

E nós poderíamos começar a defesa, Sr. Presidente, nobres Deputados, exatamente pelo item 8º das denúncias, que, a meu ver, é pedra fundamental de toda a mágoa que tem aquela funcionária contra o atual Superintendente do IPE, quando ela diz no item 8º, que o Superintendente do IPE, usando da força de seu cargo, deu apoio a um candidato e para conseguir que funcionárias votassem no seu candidato, usou e abusou de todos os meios, ameaçando, não respeitando o direito que todo cidadão tem, de escolher.

Ora, não é verdade, já pela primeira afirmação, desde que a votação é secreta. Portanto, não há maneira de se coagir o eleitor. Depois que ele entra na cabina indecifrável, lá põe o seu voto.

E quanto à acusação que ela faz da nomeação para cargos de chefia de pessoas que não estavam, profissionalmente, capacitadas para tal, e que elas foram realizadas, apenas, para satisfazer uma determinada fase de nossa vida política, também não procede, porque é direito do Superintendente, desde que os cargos de chefia são cargos de confiança, pode nomear quem melhor lhe aprouver.

Mas, a mágoa, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, da pessoa que escreveu a carta ao nobre Deputado Adalberto Daros, é porque ela, sim, representava, dentro do IPE, uma corrente política que apoiava um candidato, um candidato da ARENA, que se elegeu, posteriormente, a Vereador. E, o Superintendente, usando da sua prerrogativa de cidadão, tinha a sua preferência por outro candidato, sem que obrigasse nenhum funcionário do IPE, a sufragar, nas urnas, o nome do seu candidato. Mas, foi ali o início de toda animosidade entre o Superintendente do IPE e a mencionada funcionária.

Nós vamos analisar por item; o item 10º: não são verdadeiros os fatos denunciados neste item porque se os termos foram amenizados isso foi feito durante o inquérito, pois, o julgamento foi exarado no dia 24/02/77 e, nesta data, o Superintendente do IPE, se encontrava em gozo de férias, só retornando a esta Capital, no dia 28 e reassumindo o Instituto no dia 01 de março de 1977.

Quanto ao segundo tópico do item 10º, também, não é verdade, porque ao servidor Atanagildo Gonçalves da Silva foi aplicada a pena de 30 (trinta) dias de suspensão, fato facilmente verificável, no departamento competente do IPE.

No que diz respeito à enfermeira referida no inquérito, ela não foi acobertada e nem protegida, mas sim, pura e simplesmente, dispensada, como pode ser comprovado pela Portaria 180/77, de 02/03/77.

Passarei, depois, às mãos de V. Exa. Sr. Presidente, os comprovantes para esclarecer, devidamente, os fatos.

Item 2º — é mais uma inverdade, pois, o Superintendente a fim de proceder, numa pesquisa de suas possibilidades de candidato às próximas eleições preparou papéis para esse fim e os pagou com seu dinheiro, conforme cheque número 349.646 contra o Banco do Estado, Agência João Negrão, em favor de TROLEI PAPELARIAS LTDA., datado de 26/05/77.

Trata-se de uma imputação falsa, já que as cinco mil folhas de papel foram adquiridas na referida papelaria pelo Superintendente, conforme comprovante de pagamento retro referido, jamais tendo sido utilizado o IPE e seus papéis, para esse fim.

Também neste item, Sr. Presidente, encaminho à Mesa, a cópia das notas fiscais, do cheque de pagamento que comprovam a veracidade das afirmações do Superintendente do IPE.

Item 3º — é verdade que o Superintendente mandou circular a todas as pessoas mencionadas e mais, aos Secretários

de Estado. Ordenou, ainda, às agências do interior que divulgassem a concessão dos empréstimos de maneira ampla, porém, condicionando aos servidores as condições de apresentação de documentos, inclusive consignação."

Também estão aqui os comprovantes, Sr. Presidente, com relação às acusações contidas no item 3º.

Item 4º — Passagens aéreas. Tópico altamente contraditório. O Sr. Superintendente é preso por ter cão e preso por não ter cão. Ora, se nunca saíram não foram usadas as passagens e se saíram, os funcionários que as utilizaram, o fizeram a serviço do IPE. A sua utilização não foi feita por elementos estranhos do IPE, conforme está demonstrado no relatório do pessoal que efetuou as viagens e os serviços a quem foram prestados.

Este, é um dos itens mais importantes, Sr. Presidente, lamentavelmente o tempo é curto, mas estão aqui todos os comprovantes, os nomes das pessoas que utilizaram as passagens e a missão que lhes foram atribuídas pelo Sr. Superintendente do IPE, na defesa dos interesses daquela instituição previdenciária.

Item 5º — A servidora inscrita no IPE, sob número 1377172, foi internada para um enema (denominação dada aos clísteres e objetivam desobstrução do intestino). Normalmente, em casos dessa natureza, há o controle médico. Na situação, o servidor apontado não pagou honorários médicos, porque o médico pertencia ao Instituto. Nunca houve cobertura do Superintendente nem do Diretor Médico, pois, o servidor que desconta regularmente, tem direito à assistência médica, sem favor de quem quer que seja e as requisições são afetas ao Departamento de Assistência Médica, sem qualquer interferência do Superintendente. O fato ocorreu no dia 26/03/77 (sábado) e o pessoal do plantão ficou indeciso e solicitou, para resolver, a presença do Diretor Médico, que deu as determinações e eventualmente esteve presente. A guia de internamento foi emitida posteriormente e saiu no dia 28 de março de 1977, porque foi o primeiro dia útil.

Está aqui também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o comprovante do alegado.

Item 6º — É certo que não houve autorização antecipada. Nem poderia ter havido, pois, o fato ocorreu às 13,30 horas, tendo sido o Superintendente transportado em seguida, de avião, para São Paulo, em caráter emergencial, para a Clínica Imong.

A fratura e a luxação dos cornetos argüida pelo Deputado Daros, foram uma consequência do ato cirúrgico, porquanto havia desvio do septo. Mas o quadro clínico era de obstrução respiratória por espasmo e edema. Poderia ter ocorrido até a morte por asfixia, se não operado de pronto, no caso o servidor.

O pagamento que o IPE fez, foi a que qualquer funcionário teria recebido e não houve favor nenhum. Ao contrário, há em favor do Superintendente a determinação devolvendo ao Departamento de Assistência Médica, para corrigir de Cr\$ 19.225,41, para Cr\$ 18.500,00, tendo recebido o seguinte despacho "Ao D.A.M. (Divisão de Reembolso Hospitalar), para ser feita retificação no cálculo. Assinado: José Maria de Azevedo - Superintendente."

Item 7º — O episódio do reembolso hospitalar indeferido e ocorrido com a Sra. Esther de Abreu, é deveras lamentável, porém, o mesmo foi INDEFERIDO em 20/11/1973, face o Parecer número 677/73 — Assessoria Jurídica/IPE, em que o advogado diz: "Não haverá reembolso na Capital e nas localidades, onde houver Agência ou Sub-Agência", nos termos do artigo 11, § 10, do Regulamento Médico-Hospitalar vigente no Instituto."

Então, não pode haver nenhuma conotação entre o caso do Superintendente, e da Senhora Esther de Abreu.

Porque o caso do Sr. Superintendente ocorreu em 75, e da Sra. Esther de Abreu, foi em 73. Particularmente, eu lamento,

mas a lei é dura, mas é lei.

Mais tarde, a mesma senhora requereu reconsideração do indeferimento. E como a alçada era do Conselho Administrativo do IPE, foi submetido o mesmo, e este com a Resolução 116, de 2/7/74, — resolveu contrariamente. Por certo, o Superintendente, haverá que cumprir as determinações do referido Conselho que é o órgão máximo.

Devo ainda esclarecer que este mesmo Conselho Administrativo, pela Resolução número 133/75, aprovou Sugestão do Superintendente do Departamento de Assistência Médica, que nos casos de internação hospitalar de urgência, haveria o reembolso. Todavia, esta Resolução foi datada de 06/08/75, portanto, muito depois dos fatos ocorridos com Dona Esther, que vale repetir, foram: — Protocolo 13111 de 1/9/73 — Primeiro requerimento. E o segundo requerimento em cinco de abril de 74, (protocolo número 4635).

Quanto ao item 8º, Sr. Presidente, eu já dei os esclarecimentos necessários.

Item 9º — Não expressa a verdade, a afirmativa que o Superintendente tenha negado bolsas de estudos, aos filhos de funcionários mais necessitados. Porque o Serviço Social, faz um uma pesquisa rigorosa da situação funcional, situação familiar, levantamento sócio-econômico da família, motivo alegado para solicitação e por último, as considerações do próprio serviço.

E depois sim, são concedidas aos que mais precisam. Portanto, a Superintendência se limita a deferir, baseado nesta pesquisa social. Somente poderá haver injustiça se os dados colhidos forem errados. E se isso ocorrer, o Superintendente, realmente, não pode ser culpabilizado.

Sr. Presidente, com os documentos, especialmente, aqueles que se referem à intervenção cirúrgica que sofreu o Superintendente do IPE no Estado de São Paulo, com todos os laudos médicos e todos os documentos que possam interessar para a elucidação dos fatos, também é o caso de Dona Esther de Abreu, vão ser encaminhados a V. Exa., Sr. Presidente, que ficarão à disposição dos Srs. Deputados interessados.

Eu, como já disse, votarei contra o requerimento, Sr. Presidente, porque não vejo razão, para que o Sr. Superintendente venha a esta Casa, defender-se de acusações gratuitas, de acusações infundadas que repito, não foram feitas por parte do nobre Deputado Adalberto Daros, que cumpriu a sua obrigação, o seu dever, de representante do povo, trazer ao conhecimento desta Casa e do povo paranaense, uma reivindicação, uma solicitação, uma carta que recebeu de um membro da coletividade paranaense.

Eu votarei sempre favoravelmente, quando aqui se convocarem Secretários de Estado, Diretores de Departamentos e Institutos de Previdência e etc. etc.

Quanto houver um plano administrativo, que vise melhorar no caso do IPE, por exemplo, que vise melhorar o atendimento ao servidor público — quando aqui se debater, projeto que tramita nesta Casa, abolindo a cobrança dos exames complementares; se houver resistência do Governo; se houver resistência da Superintendência do IPE, eu votarei favoravelmente, para que ele venha a esta Casa debater matéria de alta relevância pública; debater matéria que realmente, venha ao encontro dos interesses da coletividade, mas, jamais, votarei favoravelmente, a um requerimento que visa trazer a esta Casa uma autoridade pública, apenas para servir de pasto à sanha de vingança que está possuía uma funcionária que por razões que eu desconheço, não se deu bem com a atual Superintendência.

Nestas condições, como se trata de um caso meramente pessoal, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, eu votarei sempre contrariamente a requerimentos desta natureza.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.  
O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É lamentável que a cada dia que passa, se verifique que o Parlamento passa a não ter razões de sua própria existência.

Nenhum dos Srs. Deputados, Sr. Presidente, poderá desconhecer ou contestar a afirmativa acima de tudo constitucional, de ser o Parlamento de ser o Poder fiscalizativo do Poder Executivo. E lamentavelmente se nega aqui, sob a justificativa de que um Deputado pretende trazer um representante de órgão de Governo, para esclarecimento, a fim de escarnecê-lo perante esta Corte representativa do povo do Paraná.

Se cabe a nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a posição mais distinta da previsão constitucional; a posição de Poder fiscalizativo dos atos executivos; requerimento como este do Deputado Adalberto Daros, teria para a própria honra e a independência deste Poder, que receber a votação unânime, pela presença do Sr. Secretário do IPE, a fim de trazer aqui de público, de desfazer de público, as denúncias formuladas, por alguém do povo. Porque não foi o Sr. Deputado Adalberto Daros que formalizou denúncia contra o titular do Instituto de Previdência do Estado. Foi uma pessoa do povo. Foi uma pessoa do povo que aqui representamos, pela outorga do mandato popular; foi uma pessoa do povo que aqui representamos, pela vontade explícita, dada através do voto livre e universal. E esta pessoa do povo fez configurar a sua denúncia como fato de ordem de relevante importância, trazendo documentações que retrospectam uma denúncia efetivamente caracterizada, contra o Sr. Superintendente do Instituto de Previdência do Estado.

O que fez o eminente Deputado Adalberto Daros, não foi mais do que um ato de cumprimento de dever de representante do povo; por isso mesmo, não se pode admitir que um preclaro, inteligente, experimentado Deputado da bancada do Governo, justifique votar, dar o seu voto contra requerimento desta natureza. Porque analisa que o Deputado requerente quer a presença do Superintendente do IPE para esclarecer sobre denúncia contra ele formalizada, para desse funcionário escarnecer este Poder.

Não é e nunca foi pretensão da Oposição; embora em nome da bancada, eu não fale neste momento; e sim em meu nome. Não é pretensão porque nunca foi a sua filosofia, diminuir o cidadão. Mas é filosofia fundamentada do meu Partido, fazer com que se esclareçam todos os fatos que por ventura representem a falta de respeito às posições que ocupam os homens em nome do Governo.

Sabemos e antevemos que, o requerimento do nobre Deputado Adalberto Daros, será vencido nesta tarde de hoje, como vencidos foram todos os requerimentos dessa natureza que por aqui passaram, porque somos a minoria combatente. Somos a minoria resistente, mas, não temos condições numéricas para vencer e alcançar os objetivos premeditados.

Mes, saibam os Srs. Deputados da bancada governista, que cada ato como este, reflete na consciência popular. E que aqui, ao invés de representantes do povo, se firma representantes do Governo. Inclusive, para os atos espúrios de empobrecimento do Estado.

O meu voto é a favor, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em votação.

O SR. ADALBERTO DAROS — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, nobres Deputados.

Escutei com atenção o que o nobre Deputado Erondy Silvério disse a respeito de denúncias que formulamos desta tribuna, denúncias essas encaminhadas por funcionário do Instituto de Previdência do Estado, contra seu titular.

É verdade que o MDB, Partido ao qual pertencio, em 1966, possuía poucos Deputados, nesta Assembléia.

É verdade que, em 1970, éramos uma pequena minoria.

E naquelas oportunidades, de 66 à 74, quando o MDB da tribuna desta Casa, levantava denúncias e contestava o Governo em diversos aspectos, não tinha o número necessário para vencer.



Deputados, nesta Casa, para vencer as acusações feitas através de requerimentos.

É verdade também que, hoje, o meu Partido é minoritário, possui apenas 23 Srs. Deputados, enquanto que a Arena possui a maioria.

Mas, a lei é pródiga e passa, às vezes, a ajudar a minoria.

Refiro-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao que diz a lei a respeito da constituição de comissões parlamentares de inquérito.

Pretendia, no dia de hoje, apresentar à Casa mais um requerimento.

Não o farei. Não farei porque entendo que, apenas por uma resposta trazida pelo brilhante Deputado Erondy Silvério, tive a certeza e estão na Mesa os documentos para se comprovar isto.

Quando diz respeito à denúncia feita e recebida por nós por funcionária daquele Instituto.

Quando fala no ítem segundo, impressos para campanha política.

E o Senhor Superintendente do Instituto de Previdência do Estado manda documentação ao Deputado Erondy Silvério, dizendo que pagou com cheque número tal, que comprou o papel para fazer esta propaganda na papelaria tal; e que queria apenas uma pesquisa de opinião em favor do Senhor Superintendente.

Talvez aquele dirigente do Instituto de Previdência do Estado conheça dos assuntos daquele Instituto. Mas desconhece, perfeitamente, a Lei Eleitoral. S. Exa. acabou de confessar pela documentação que mandou, que está incurso no Código Eleitoral, que praticou crime eleitoral ao mandar fazer impressos e, o pior, usando o nome do IPE.

Dizendo no impresso: Superintendente do IPE, Governos Emílio Gomes e Jayme Canet Júnior.

configura o crime eleitoral.

E gostaria de adiantar que mesmo que o Sr. Superintendente não tivesse confessado como fez quando mandou a documentação, o meu Partido, o Diretório Municipal de Curitiba a que pertencem, já tomou as providências necessárias para, junto à Justiça Eleitoral, fazer com que aquele dirigente do Instituto de Previdência do Estado vá à Justiça Eleitoral explicar o seu ato agora confessado.

Ouvi, no dia de ontem, o meu nobre Líder da ARENA, nesta Casa, Deputado Luiz Roberto Soares, dizer que se alguns dos Srs. Deputados não estivessem satisfeitos com o que se pretendeu hoje justificar as denúncias aqui feitas, traria talvez o Senhor Superintendente a esta Casa.

Não colocaria empecilhos a que ele viesse não dessa tribuna, mas perante uma comissão das duas bancadas, contestar o que foi dito desta tribuna.

Nestas condições, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, não vou entrar em pormenores, não vou contestar o que o Deputado Erondy Silvério disse.

Porque isto haverá de ser feito lá na sala das comissões da CPI porque agora o MDB tem os dezoito votos, dezoito assinaturas necessárias à constituição desta comissão.

Razão pela qual não importa se os requerimentos apresentados nesta Casa forem rejeitados hoje, porque tenho certeza de que, daqui a alguns dias, com mais documentações, isto será resolvido.

E a verdade é a seguinte, quando da denúncia feita aqui, desta tribuna, tanto papel chegou às minhas mãos, tantas denúncias foram feitas, que até agora não consegui entender como o homem conseguiu arranjar tantos inimigos se se diz que ele é tão bom, se se diz que ele é um homem que não comete desvios.

Vamos ver lá na CPI, Sr. Presidente.

Era somente.— (Sem revisão do orador)~

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Em votação o requeri-

mento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros. O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Para encaminhar a votação.

Sr. Presidente, somente para reafirmar compromisso assumido, de que, na eventualidade de o requerimento do nobre Deputado Adalberto Daros não ser aprovado pela Assembléia, e nossa bancada agirá dessa maneira, não obstante isto eu posso garantir a esta Assembléia de que o Sr. Superintendente do IPE comparecerá nos próximos dias, "exponente sua", para prestar todo e qualquer esclarecimento que for necessário à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros. Rejeitado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Pela ordem, Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

(É PROCEDIDA A VERIFICAÇÃO DE VOTAÇÃO)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — 21 Srs. Deputados aprovam, 25 Srs. Deputados rejeitam.

REJEITADO O REQUERIMENTO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja enviado ao Sr. Governador do Estado, as notas tachigráficas do pronunciamento feito da tribuna, em data do dia 18, bem como as fotocópias numeradas e rubricadas em anexo.— REJEITADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Ministro da Justiça, com a íntegra da denúncia formalizada nesta Casa, e que dá conta do menosprezo e da desatenção do Instituto de Identificação da Secretaria de Segurança Pública, para os pretendentes aos documentos por ele expedidos e, principalmente aos de origem portuguesa.— EM VOTAÇÃO.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sei que contrário a vontade de alguns Srs. Deputados com este encaminhamento de votação, dado o adiantado da hora.

Também tenho compromissos ainda esta tarde, há Prefeitos à minha espera na Secretaria, porém, não poderia deixar de encaminhar esta votação, porquanto nós temos conhecimento da maneira como tem agido o Sr. Diretor da Polícia Civil e o Sr. Diretor do Instituto de Identificação, retificando sobre a pessoa a quem se refere o requerimento feito pelo eminente Deputado Valter Pietrângelo com referência à naturalização de direitos de igualdade política, Dr. Eudes Brandão.

Dr. Eudes Brandão tem agido com lisura, procurando atender da melhor maneira possível, as partes que lá o tem procurado.

E nós, retificando este requerimento apresentado pelo Deputado Valter Pietrângelo, requerimento este que faz referência ao atendimento recebido por quem há 15 dias debate-se para regularizar a sua permanência em nosso País, pessoas sediadas em Maringá e destituídas de qualquer recurso já que suas posses foram seqüestradas pelo regime que domina em Moçambique, sobrem as agrurar impostas pelo excesso de burocracia que impera no Instituto de Identificação, orientado pelo Sr. Eudes Brandão, a despeito de tratado firmado entre o Brasil e Portugal, que elimina uma série de exigências impostas por outros países".

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós encaminhamos alguns pedidos de Direito de Igualdade Política e no encaminhamento para o Rio de Janeiro,



que, às vezes tem atrasado na sua remessa, no caso aqui em tela em que se fala em Moçambique, Moçambique é um outro País já desmembrado em 1975 e que não enquadra com o Direito de Igualdade Política.

Mas, tenho aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados o expediente encaminhado pelo Diretor da Polícia Civil, pelo Diretor do Instituto de Identificação, que traz as informações: "A propósito do requerimento apresentado nesta Assembleia Legislativa esclareço à Casa o seguinte:

"Não há da parte do Instituto qualquer prevenção contra cidadãos portugueses ou de qualquer outra nacionalidade.

Todos os funcionários deste órgão têm rigorosas instruções sobre o dever de atender com toda a cordialidade e respeito.

A demora de alguns dias no atendimento de cidadãos de Moçambique, a que se refere o ilustre autor do requerimento, deve-se às mudanças de sistemática de serviço, ao passar o controle de registro de estrangeiros da Polícia Estadual para a Polícia Federal, e a necessidade óbvia de substituição dos impressos em uso.

Os novos impressos nos foram entregues hoje pela Gráfica da Polícia Civil, achando-se este Instituto já aparelhado para atendimento normal desses casos.

Quanto às demais deficiências do órgão, no que diz respeito à demora na confecção de cédulas de identidade, esclarecemos com prazer que, dentro em breve, não mais ocorrerão face à implantação de computadores eletrônicos e microfilmagens em convênio já firmado e em execução entre a Secretaria de Segurança e a Celepar."

São essas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as informações encaminhadas pelo Diretor do Instituto de Identificação, Dr. Eudes Brandão ao eminente Líder Deputado Luiz Roberto Soares.

Por esse motivo, nos votamos contra o requerimento apresentado pelo Deputado Valter Pietrângelo. (**Sem revisão do orador**—).

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Realmente o Sr. Eudes Brandão simplesmente se negou a atender a nossa solicitação.

Aliás, não é a primeira vez que isso ocorre.

Tenho aquele cidadão em termos profissionais na direção do Instituto de Identificação, tão somente como uma pessoa que não está realmente dando conta das suas atividades.

Mas, diante das informações trazidas pelo Deputado Gilberto Carvalho, informações e explicações, de que o Instituto reconhece as falhas ocorridas e que se propõe a não mais permitir que isso aconteça, Sr. Presidente, solicito a V. Exa. a fineza de retirar a matéria em pauta.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência, antes de atender à solicitação do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, feita em questão de ordem, solicita das notas taquigráficas, sejam expungidas algumas expressões utilizadas, num ato de respeito a quem ocupa cargo público na administração.

— Retirado o requerimento.

Requerimento de autoria do Deputado Enéas Faria, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando sejam encaminhados expedientes à SANEPAR, COPEL e PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, em forma de apelo no sentido de ser dado melhor atendimento ao Bairro de Santa Quitéria.— REJEITADO.

A Presidência deseja informar os Srs. Deputados:—

O Projeto de Lei número 81/77, foi relatado na Comissão de Constituição e Justiça, pelo Sr. Deputado Dácio Leonel,

em data de 22 de junho, com vistas solicitadas pelo Sr. Deputado Maurício Fruet que, a partir de 30 de junho do corrente ano, mantém em seu poder o referido projeto de lei, tendo, regimentalmente, três dias de prazo para as vistas solicitadas;

Projeto de Lei número 82/77, já relatado na Comissão de Constituição e Justiça, entregue à Comissão de Finanças dentro do prazo regimental de 10 dias, estando na Comissão de Finanças há 5 dias;

Projeto de Lei número 97/77, na Comissão de Constituição e Justiça, com o Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, há 23 dias.

Os Srs. Deputados interessados em tomarem conhecimento dessas matérias, queiram, portanto, procurar os Srs. Deputados relatores da matéria.

Era a informação que a Presidência fornece por solicitação da Liderança da ARENA.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, daí 24, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei Números 26, 27, 32, 40, 233/77.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Número 79/77.

Levanta-se a sessão.

#### DECRETOS LEGISLATIVOS

##### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 558/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6875, de 13 de julho de 1977, deste Poder,

##### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6174, de 16/11/70, alterado pelo Art. 2o., da Lei número 6742, de 03/12/75, em favor de ODAHIR COSMOS, matrícula número 575, ocupante do cargo de nível PL"20", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1975 e 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23/08/77

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

##### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 559/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6841, de 12 de julho de 1977, deste Poder,

##### RESOLVE:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei número 6174, de 16/11/70, ao acervo de serviço público de EROS RUPPEL ABDALA, matrícula número 119, ocupante do cargo de Diretor Adjunto, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quinto quinquênio, compreendido entre 10 de outubro de 1970 e 10 de fevereiro de 1974, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio e das férias referentes aos anos de 1970,

1971, 1972 e 1973, contadas em dobro; e,

II - conceder o adicional de cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da mesma Lei, a partir de 01 de janeiro de 1977, data em que, em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio, completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23/08/77

IVO THOMAZONI - Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA - 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - 2o. Secretário

# DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 560/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7237, de 01 de agosto de 1977, deste Poder,

## RESOLVE:

revogar a pedido o Decreto Legislativo número 447/76, de 08 de junho de 1976, que proveu em Comissão, no cargo de Assessor de Gabinete, símbolo 3-C, CÉLIA DA SILVEIRA TAVARES, com lotação no Gabinete do Deputado Otássio Pereira da Silva, a partir de -1 de setembro de 1977.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23/08/77

IVO THOMAZONI - Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA - 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - 2o. Secretário

# DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 561/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6461, de 30 de junho de 1977, deste Poder,

## RESOLVE:

conceder, nos termos das Leis números 4763, de 05 de novembro de 1963 e 54 de 22 de novembro de 1963, com alteração dada pela Lei número 6468, de 18 de outubro de 1973, a HERMÍNIA OLIVEIRA SILVA, viúva do ex-Deputado Estadual ALDO SILVA, falecido no dia 07 de junho de 1977, pensão mensal de valor equivalente a três (03) salários mínimos, com base no salário mínimo fixado para a Capital do Estado, a partir da data do óbito.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23/08/77

IVO THOMAZONI - Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA - 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - 2o. Secretário

# DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 562/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 5606, de 08 de junho de 1977, deste Poder,

## RESOLVE:

atribuir a IBANEZA MENDES DOS SANTOS, matrícula número 122, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, Função Gratificada correspondente ao símbolo F-4, conforme o Art. 16, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 07 de junho de 1977.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23/08/77

IVO THOMAZONI - Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA - 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - 2o. Secretário

# DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 563/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7479, de 03 de agosto de 1977, deste Poder,

## RESOLVE:

MANDAR CONTAR PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS DE ACORDO COM O Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. segundo da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JÚLIO XAVIER VIANNA, matrícula número 012, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23/08/77

IVO THOMAZONI - Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA - 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - 2o. Secretário

# DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 564/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6717, de 07 de julho de 1977, deste Poder,

## RESOLVE:

conceder, a VALDOMIRA DEMETERCO, matrícula número 228, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 07 de maio de 1977, data em que completou quinze anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23/08/77

IVO THOMAZONI - Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA - 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - 2o. Secretário

# DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 565/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6897, de 13 de julho de 1977, deste Poder,

## RESOLVE:

I - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de OLENI FERREIRA LIMA, matrícula número 379, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio completado em 19 de abril de 1974; e,  
II - conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da supra citada Lei número 6174, a partir de 11 de setembro de 1976, data em que completou quinze (15) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23/08/77

IVO THOMAZONI - Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA - 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - 2o. Secretário

# DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 566/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7191, de 27 de julho de 1977, deste Poder,

## RESOLVE:

designar a funcionária LIDIA MUCHINSKI, matrícula número 487, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de

Gabinete, da 3a. Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 25 de julho de 1977.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23/08/77

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 567/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6020, de 21 de junho de 1977, deste Poder,

#### R E S O L V E:

conceder, a ANTÔNIO MASSUCHETTO, matrícula número 325, ocupante do cargo de nível PL"22", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 03 de fevereiro de 1976, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei número 6174, de 16 novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23/08/77

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 568/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6371, de 29 de junho de 1977, deste Poder,

#### R E S O L V E

conceder o auxílio para compensar diferença de caixa, de que trata o Art. 201, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, fixando-o em cinco por cento sobre o valor dos respectivos vencimentos básicos, à funcionária LIGIA MARIA DA SILVA, matrícula número 186, ocupante do cargo de nível PL"20", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 28 de junho de 1977.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23/08/77

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 569/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7043, de 19 de julho de 1977, deste Poder,

#### R E S O L V E:

retificar o Decreto Legislativo número 341, de 02 de julho de 1965, que nomeou OSWALDO FARIA, matrícula número 345, ocupante do cargo de nível PL"20", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para declarar que o seu nome é OSWALDO e não como consta daquele ato.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23/08/77

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 570/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6904, de 14 de julho de 1977, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para fins de aposentadoria e disponibilidade, na forma do inciso IV, do Art. 130, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, ao funcionário JOSIAS MARQUESI, matrícula número 601, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) anos, dez (10) meses e dez (10) dias, compreendido entre 13 de março de 1941 e 23 de janeiro de 1946, de serviços prestados ao Jornal "O Dia", empresa de caráter privado, que posteriormente foi transformada em estabelecimento de serviço público.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23/08/77

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 571/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob os números 6827/77 e 7035/77, de 12 e 18 de julho, respectivamente, deste Poder,

#### R E S O L V E:

I — retificar o Decreto Legislativo número 362/71, de 07 de julho de 1971, para declarar que o tempo contado pelo mesmo, em favor de ALEXANDRE RADICHEWSKI, matrícula número 388, ocupante do cargo de nível PL"16", da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, é para todos os efeitos legais, e não como consta naquele ato;

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 27 de abril de 1976, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23/08/77

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 572/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2531, de 04 de abril de 1977, deste Poder,

#### R E S O L V E:

aposentar, nos termos do Art. 138, inciso II, combinado com o Art. 140, inciso I, da Lei 6174, de 16/11/70, ANTÔNIO LEANDRO, matrícula 233, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com os proventos de Cr\$ 8.798,70 (oito mil e setecentos e noventa e oito cruzeiros e setenta centavos), mensais e integrais incluídos nesse total, vinte e cinco por cento de acréscimos trienais, de acordo com o Art. quarto, da Resolução 2/64, vinte e cinco por cento de acréscimos quinquenais, nos termos do Art. 170, da Lei 6174, de 16/11/70; cinquenta por cento sobre seus vencimentos, pela prestação de serviços extraordinários, de acordo com a Lei número 6794, de 08 de junho de 1.976, e Função Gratificada, símbolo 4-F, de acordo com o Art. 140, inciso III, da referida Lei número 6794.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23/08/77

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

2o. Secretário.